

Av. António Augusto Aguiar,
n.º130, 6º andar
1050-020 Lisboa
Tel. 21 351 37 50
Fax: 21 351 37 57
Swift BAIPPTLXXX
www.bancoaieuropa.com

Banco BAI Europa, S.A.

Relatório e Contas 2011



Banco BAI Europa, SA, sociedade anónima com sede na Av. António Augusto Aguiar, n.º130, 8º andar, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o número de matrícula 11262.
Capital Social EUR 40.000.000,00. NIPC N.º 505 274 922

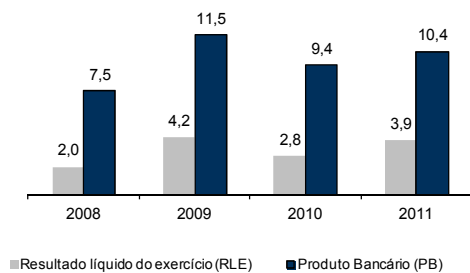
Índice

Índice	1
Relatório de Gestão	2
Principais indicadores de referência	3
Apreciação Geral	4
Perspectivas Futuras	6
Agradecimentos	7
Enquadramento Macroeconómico 2011	8
Enquadramento da actividade do Banco BAI Europa	20
Avaliação e Gestão de Riscos	24
Análise Financeira	28
Proposta de Aplicação de Resultados	31
Demonstrações Financeiras	32
Notas às Demonstrações Financeiras	38
Relatórios e Pareceres dos Auditores (ROC) e do Conselho Fiscal	93

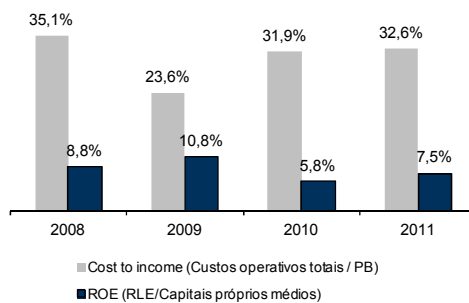
Banco BAI Europa, S.A.
Relatório de Gestão
2011

Principais indicadores de referência

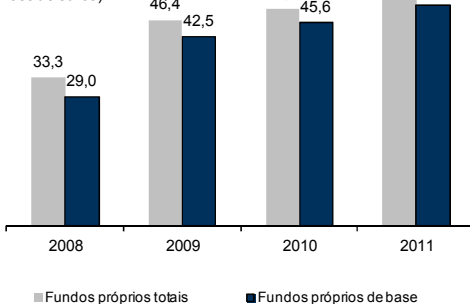
Resultados
(milhões de euros)



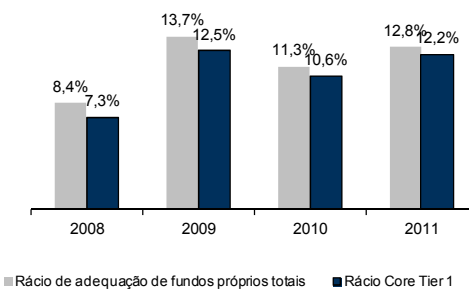
Eficiência e Rendibilidade



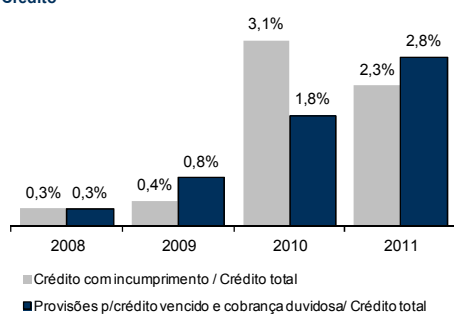
Fundos Próprios
(milhões de euros)



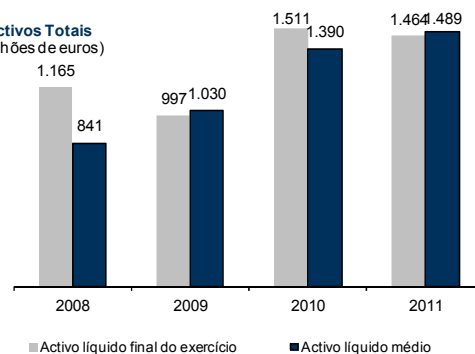
Solvabilidade



Qualidade do Crédito



Activos Totais
(milhões de euros)



Nota: Os indicadores de eficiência, solvabilidade e qualidade de crédito apresentados seguem a metodologia indicada pelo Banco de Portugal na sua Instrução n.º 16/2004, de 16 de Agosto.

Apreciação Geral

Como se esperava, a actividade económica em Portugal registou uma contracção em 2011, traduzida numa quebra do PIB de 1,6% segundo as mais recentes previsões tanto do Banco de Portugal (Boletim Económico de Inverno) como do FMI (Relatório da 2ª Revisão do *Extended Arrangement*).

Esta contracção da actividade reflecte os efeitos das medidas de austeridade incluídas no OE/2011 bem como das medidas adicionais adoptadas na sequência e em resultado do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) celebrado em Maio de 2011 com a União Europeia e o FMI, em resposta ao pedido de resgate financeiro apresentado pelo Governo português em Abril desse mesmo ano.

A contracção verificada ficou mesmo assim aquém das previsões oficiais aquando do início da aplicação do PAEF, as quais apontavam uma queda do PIB de 2,2%, sendo a diferença explicável por um comportamento mais favorável das exportações líquidas e também por algum desfasamento na aplicação das medidas de austeridade contempladas no OE/2011.

No que respeita à economia de Angola, assistiu-se em 2011 ao prosseguimento da recuperação da actividade, à medida que se consolidou a superação das dificuldades decorrentes do choque externo e da subsequente crise de pagamentos ocorrida em 2009 e 2010.

O ritmo de crescimento da actividade foi ainda modesto, com uma variação esperada do PIB em torno de 3,5%, recebendo contributos bastante diferenciados do sector petrolífero, com uma quebra de 3%, e dos demais sectores, com uma expansão de 7,7%.

Como desenvolvimento mais significativo em 2011 devem ser referidos os progressos na estabilização da economia, perceptíveis através dos seguintes indicadores: (i) consolidação orçamental, esperando-se que as contas do Estado apresentem um superavit de 8,5% do PIB, (ii) desaceleração do crescimento dos preços no consumidor, esperando-se uma taxa de inflação média anual ligeiramente inferior à de 2010 e com um valor em final de ano bastante inferior ao homólogo, (iii) forte recuperação das reservas em divisas internacionais (líquidas), excedendo USD 25 mil milhões no final do ano e (iv) taxa de câmbio USD/Kwanza bastante estável, com ajustamento deslizante, permitindo a quase eliminação da diferença entre a taxa oficial e a do mercado paralelo.

Um relatório do FMI relativo à 5ª Revisão do Acordo de Stand-By negociado em Novembro de 2009, divulgado no final de 2011, reconhece expressamente os progressos no sentido da estabilização, os quais permitem encarar a forte expansão da actividade prevista para 2012 sem receio de que esta possa colocar em questão o quadro de estabilidade alcançado.

Neste contexto de evolução bastante diferenciada das duas economias de referência para a sua actividade, o Banco BAI Europa (Banco ou BAIE) encontrou motivos para manter a estratégia de negócio adoptada, centrada no apoio ao comércio bilateral entre os dois países, bem como no apoio a acções de investimento dirigidas ao mercado angolano, naturalmente com saliência para o financiamento das exportações de bens e de serviços de origem portuguesa.

O Banco manteve também os elevados padrões de prudência na gestão dos riscos do negócio. No que diz respeito ao risco de crédito, o BAIE procurou aproveitar novas oportunidades de negócio assegurando sempre o cumprimento dos requisitos prudenciais adoptados.

No que se refere à gestão da liquidez o Banco prosseguiu uma política conservadora na aplicação dos fundos captados, continuando o crédito a clientes, cujo saldo no final de 2011 não ultrapassava 9% do activo total, a ser quase integralmente coberto por depósitos de clientes e pelos capitais próprios.

As principais aplicações dos fundos captados pelo Banco continuam a ser realizadas no mercado interbancário. Aplicações em dívida pública portuguesa (de maturidades curtas) e em papel comercial de emitentes seleccionados completam o elenco dos activos em que o Banco aplica a liquidez disponível.

Os capitais próprios do Banco atingiram EUR 52 834 942 no final de 2011, situando-se o rácio “*Core Tier 1*” em 12,2%, superando assim largamente o mínimo de 9% exigido para a generalidade dos bancos portugueses segundo os objectivos de reforço da estabilidade financeira previstos no PAEF.

A actividade do Banco em 2011 permitiu apurar um resultado antes de impostos (RAI) de EUR 5,861 milhões, superior em aproximadamente 40% ao apurado no ano anterior e que se explica essencialmente:

- Pelo aumento da margem financeira, de EUR 6,131 milhões em 2010 para EUR 8,296 milhões em 2011, devido ao aumento do volume médio dos activos creditícios e à sua posição excedentária de liquidez que permitiu ao Banco beneficiar das várias oportunidades de investimento disponíveis no mercado, sempre dentro dos limites de risco estabelecidos.

- Pela redução das provisões e imparidades, de EUR 2,166 milhões em 2010 para EUR 1,127 milhões em 2011, considerando que em 2010 foi efectuado um maior investimento em operações com entidades residentes na República de Angola, sobre as quais o Banco de Portugal impõe provisões para risco país de 10%.

Cumpre ainda mencionar que os resultados do Banco foram negativamente afectados pelo pagamento do imposto extraordinário sobre o sector bancário criado em 2011 e que incidiu sobre determinados passivos, implicando um custo adicional por esta via de EUR 628 mil e um agravamento dos encargos com impostos correntes de EUR 167mil em virtude da sua não dedutibilidade fiscal. Este imposto voltará a penalizar a exploração do Banco em 2012 uma vez que foi novamente previsto na lei do Orçamento do Estado para este ano.

Perspectivas Futuras

Em 2012 tudo indica que se vá assistir a um alargamento considerável da divergência de cenários económicos entre Portugal e Angola já verificada em 2011: contracção ainda mais acentuada da economia portuguesa, com uma queda do PIB da ordem de 3% e expansão vigorosa da economia angolana, com um crescimento do PIB que poderá atingir os dois dígitos.

No caso português, a contracção deverá resultar sobretudo de uma quebra muito forte da procura interna, tanto de bens de consumo como de investimento, a par de um crescimento mais moderado da procura externa líquida que continuará a ser a única componente a contribuir de forma positiva para o PIB.

Esta evolução vai certamente acentuar os riscos de crédito no mercado português, justificando inteiramente a manutenção da estratégia de negócio que tem sido adoptada pelo BAIE assente na rigorosa selectividade no crédito concedido.

Ao contrário, a forte expansão esperada da economia angolana, deverá permitir que o BAIE intensifique o seu apoio às empresas que se relacionem com aquele mercado, tanto da sua actual carteira de clientes como aproveitando novas oportunidades de negócio.

Agradecimentos

Salienta-se com muito agrado o empenho de todos os Colaboradores do Banco, que continuam a demonstrar elevada responsabilidade e competência no desempenho das suas tarefas. O profissionalismo e dedicação demonstrada por esta equipa torna possível o cumprimento dos objectivos que nos propomos realizar.

Também se regista e agradece a confiança que os Clientes têm depositado no Banco, que nos estimula para continuarmos a prestar um serviço de qualidade e de valor acrescentado, em especial visando o aprofundamento das relações comerciais e económicas entre Portugal e Angola.

Agradecemos ainda o apoio e a colaboração da Casa Mãe em Angola, que muito tem contribuído para o sucesso do nosso negócio e com o qual esperamos continuar a contar.

Enquadramento Macroeconómico 2011

I. Introdução

A economia mundial não conseguiu em 2011 manter o ritmo de recuperação observado no ano anterior, tendo o crescimento do PIB desacelerado para um valor esperado de 3,8% segundo a mais recente estimativa do FMI no *World Economic Outlook/update* (tinha sido de 5,2% em 2010).

A desaceleração foi mais acentuada entre as economias mais avançadas – de 3,2% em 2010 para 1,6% em 2011 – com especial relevo para a economia do Japão que passou de uma expansão de 4,4% em 2010 para uma esperada contracção de -0,9% em 2011, em boa parte devido às perturbações que o grave acidente natural e nuclear ocorrido em Março provocou nos circuitos económicos, com relevo para a paralisação de parte do sector produtor de energia.

Curiosamente, apesar de ter estado no foco das atenções por força da crise financeira de alguns Estados membros, o conjunto das economias da zona Euro terá registado uma desaceleração menos acentuada, passando de 1,9% em 2010 para 1,6% em 2011.

No grupo das economias emergentes e em desenvolvimento a desaceleração da actividade terá sido menor do que nas economias mais avançadas, passando de uma taxa de expansão de 7,3% em 2010 para 6,2% em 2011, havendo a registar em especial neste grupo o comportamento dos países da Europa Central e Oriental, cujo ritmo de crescimento terá mesmo acelerado (de 4,5% para 5,1%), da Comunidade de Estados Independentes (Rússia e países associados), cujo ritmo de crescimento se manteve praticamente idêntico ao do ano anterior (4,6% em 2010, 4,5% em 2011), bem como do grupo de países da África ao sul do Sahara em que a desaceleração foi bastante ligeira (5,3% em 2010 para 4,9% em 2011).

Nos grupos das economias em desenvolvimento da Ásia e da América Latina ter-se-ão registado desacelerações de intensidade aproximada (de 9,5% para 7,9% na Ásia, de 6,1% para 4,6% na América Latina).

Para a desaceleração registada em 2011 terão concorrido factores distintos, conforme o caso das economias mais avançadas e das economias emergentes e em desenvolvimento.

No primeiro caso, a desaceleração terá sido devida: (i) ao apagamento dos efeitos das medidas fiscais de estímulo à actividade económica decretadas após a grave crise financeira de 2008/2009, (ii) à continuação do processo de correcção dos balanços quer de famílias quer de empresas que tem estado em curso em muitas economias depois dos excessos de endividamento verificados até 2009, e ainda (iii) a efeitos de contágio sobre os mercados financeiros das perturbações ocorridas na zona Euro na sequência das crises de algumas dívidas soberanas que obrigaram países da zona (Irlanda ainda no final de 2010, Portugal em Maio de 2011) a recorrer a programas de assistência financeira da União Europeia e do FMI com a finalidade de evitar situações de ruptura de pagamentos e que colocaram sob grande pressão dos mercados as dívidas públicas de outros países como a Espanha e a Itália.

No caso das economias emergentes e em desenvolvimento, estas terão sofrido por um lado o impacto decorrente do abrandamento das economias mais desenvolvidas e, por outro lado, os efeitos de políticas monetárias mais restritivas com o objectivo de conter pressões inflacionistas bem como de travar o agravamento de bolhas especulativas tanto no sector imobiliário como dos mercados de valores mobiliários.

Em relação a 2012, o FMI antecipa uma nova desaceleração do crescimento da actividade económica mundial, agora para 3,3%, explicável pelo comportamento das economias avançadas (com excepção dos EUA em que o ritmo de crescimento deverá ser igual ao de 2011) e também das economias emergentes e em desenvolvimento.

No caso da zona Euro, poderá mesmo ocorrer uma contracção da actividade, embora ligeira (-0,5% na previsão FMI) atribuível à instabilidade decorrente da crise financeira de alguns países membros.

As excepções a este cenário de abrandamento para 2012 deverão ocorrer na África ao sul do Sahara (com aceleração de 4,9% para 5,5%) e nos países do Médio Oriente e Norte de África (também com aceleração, de 3,2% para 3,6%).

II. Economia Americana

A desaceleração da economia americana traduziu-se numa diminuição da taxa de crescimento do PIB, de 3% em 2010 para 1,8% em 2011. A desaceleração terá sido mais pronunciada no 1º semestre, tendo-se assistido a uma recuperação do ritmo de actividade na segunda metade do ano, em especial no 4º trimestre (variação homóloga do PIB de 2,8%), atribuível ao maior dinamismo do consumo privado e do investimento empresarial.

A economia tem beneficiado dos estímulos extraordinários da política monetária, que não só tem mantido taxas de juro extremamente baixas na cedência de liquidez ao sistema bancário – as taxas dos Fed Funds têm sido contidas num intervalo entre 0% e 0,25% - como tem adoptado medidas conhecidas como “*quantitative easing*”, traduzidas na aquisição de elevados montantes de dívida pública aos intermediários financeiros, nos mais diferentes prazos, fornecendo liquidez adicional ao sistema financeiro e suportando os preços de mercado dessa dívida, desse modo contribuindo para que as taxas de rendimento (yields) da dívida se contenham em níveis muito baixos (cerca de 2% no prazo de 10 anos e de 3% no prazo de 30 anos, por exemplo).

A variação dos preços no consumidor revelou alguma pressão, excedendo os 3% em média anual, em resultado da subida dos preços dos combustíveis. Excluindo esse efeito a inflação terá sido pouco superior a 2%, não evidenciando sinais de reacção ao expansionismo da política monetária.

A evolução da actividade propiciou melhorias no mercado do emprego, com a taxa de desemprego a baixar para 8,5% no final de 2011, depois de ter atingido 9,8% no final de 2010. A quebra do desemprego foi mais intensa no 4º trimestre, sugerindo que novas descidas poderão ocorrer em 2012.

Um dos factores que poderá limitar o ritmo de expansão da actividade é o défice da balança de bens e serviços com o exterior que nos últimos meses voltou a aumentar, tendo atingido em Novembro USD 48 mil milhões. O agravamento deste indicador poderá sinalizar que a economia não poderá expandir muito mais, sob pena de o desequilíbrio externo não ser sustentável.

Em relação a 2012 as expectativas apontam para a manutenção do ritmo de crescimento da actividade, continuando esta a ser suportada pelo consumo privado e pelo investimento empresarial, por sua vez estimulados pela continuação da política monetária altamente acomodatória que o Banco de Reserva Federal já anunciou que tenciona manter nos anos mais próximos.

III. Economia da Zona Euro

Não obstante a elevada turbulência que caracterizou a zona Euro ao longo de 2011, em resultado da crise da dívida dos países que foram forçados a recorrer a operações de resgate financeiro e de outros países periféricos, a actividade económica terá abrandado apenas ligeiramente em relação a 2010, como já se referiu.

Uma característica marcante no comportamento das economias nacionais, neste período, foi a acentuação da divergência entre o desempenho das economias dos países com problemas de dívida – quer dos que foram sujeitos a resgate financeiro quer os que sofreram mais intensamente os efeitos de contágio, casos da Espanha e da Itália – e das economias dos países do centro e do norte da Europa que têm gozado de maior estabilidade financeira.

No primeiro grupo cabe salientar a forte contracção verificada na economia grega, de cerca de -6% e na economia portuguesa, de -1,6%, bem como a quase estagnação das economias italiana (+0,4%) e da Espanha (+0,7%). A Irlanda, país igualmente sujeito a resgate financeiro constitui uma excepção neste grupo, devendo a sua economia ter crescido já em 2011 cerca de 1,1%%, beneficiando de um forte influxo de investimento estrangeiro e do comportamento favorável das exportações que mais do que compensou a esperada quebra da procura interna.

Em contraste, no segundo grupo, pode referir-se a evolução bem mais favorável da Alemanha (+3%), da Áustria (+2,9%), da Finlândia (+3,1%), um pouco menos da Holanda (+1,8%) e da França (+1,6%), registando-se como caso mais notável o crescimento de 8% da Estónia, em recuperação das fortes contracções registadas em 2008 e 2009.

A contracção da actividade ou o crescimento mais lento registado no primeiro grupo de países são consequência da adopção de medidas de austeridade orçamental e de resolução de desequilíbrios macroeconómicos, tendo por objectivo repor algum equilíbrio nas finanças públicas e travar o excessivo crescimento das dívidas públicas, num contexto de crescentes dificuldades de financiamento do Estado e do sector privado.

As dificuldades de financiamento foram por sua vez resultado de um agravamento extraordinário da percepção do risco das dívidas públicas destes países, a qual se estendeu naturalmente aos respectivos sistemas financeiros.

A decisão dos responsáveis europeus de solicitar aos detentores privados de dívida grega a aceitação de uma perda significativa dos seus créditos (o chamado “*private sector involvement*” ou PSI) como condição para a concessão à Grécia de um novo pacote de ajuda financeira que reforçasse o que foi concedido em Maio de 2010, constituiu, neste aspecto, um momento determinante para o agravamento da percepção do risco das dívidas públicas dos países do Euro com maiores desequilíbrios orçamentais e financeiros.

Como reflexo desta situação, as agências de “*rating*” anunciaram, ao longo de 2011, sucessivas reduções da notação de “*rating*” atribuída às dívidas soberanas dos países da zona Euro mais afectados pela crise, reduções que se estenderam a outros emitentes públicos e privados, com saliência para os bancos. Esta reavaliação das agências de “*rating*” tornou ainda mais difícil, quando não mesmo virtualmente impossível, o acesso aos mercados de capitais tanto dos países como das outras entidades financeiras e não financeiras neles residentes.

Para obviar a esta situação e evitar a emergência de uma crise financeira descontrolada, o BCE adoptou medidas excepcionais de apoio aos sistemas bancários nacionais, mantendo facilidades de cedência de liquidez sem limite e a taxa fixa e abdicando das exigências de “*rating*” mínimo quanto aos colaterais constituídos por dívidas soberanas de países da zona Euro.

Ao mesmo tempo, o BCE prosseguiu um programa de compra de dívida pública em mercado secundário (“*securities markets program*”), no sentido de evitar que a falta de liquidez deste mercado em relação a algumas dívidas conduzisse as “*yields*” para níveis elevadíssimos, susceptíveis de perturbar o normal funcionamento dos mercados, tanto de capitais como monetário. Esta compra de dívida pública pelo BCE, que havia sido iniciada em escala significativa aquando da crise que conduziu ao programa de resgate financeiro da Grécia, em Maio de 2010, foi particularmente intensa durante Agosto de 2011 e nos meses subsequentes, período em que a crise das dívidas soberanas atingiu uma fase mais especulativa.

Não obstante estes problemas que perturbaram o funcionamento dos mercados financeiros na zona Euro, o BCE decidiu subir as suas taxas de juro por duas vezes, em Abril e em Julho, passando a taxa de juro das operações principais de refinanciamento de 1% para 1,5%, procurando com isso sinalizar a sua intenção de contrariar um movimento de subida dos preços que levou a taxa de inflação para um nível bastante acima do valor de referência de 2%.

No último trimestre do ano a política do BCE foi ajustada de modo significativo, com duas descidas das taxas de juro que as fizeram voltar ao nível anterior ao das subidas de Abril e Julho, repondo assim a taxa das operações principais de financiamento (MRO ou “*main refinancing operations*”) em 1%.

Já após a decisão de reduzir as suas taxas, o BCE anunciou uma primeira operação de cedência de liquidez por 3 anos e por montante ilimitado, a qual teve lugar em 22 de Dezembro e permitiu aos bancos da zona Euro reforçar a sua liquidez em EUR 489 mil milhões por um período de tempo considerável. Esta operação, bem como o anúncio da realização de uma nova operação semelhante em Fevereiro

deste ano, tiveram um impacto muito relevante sobre o mercado da dívida pública, induzindo os bancos a comprar dívida soberana, sobretudo (mas não só) nos prazos mais curtos, em valores elevados.

Neste novo contexto, tem-se assistido, desde o final de 2011, à realização de leilões de dívida pública por parte dos países mais expostos à crise da dívida em condições muito mais favoráveis do que no período anterior a esta decisão do BCE. Em especial a França, a Itália e a Espanha têm vindo a realizar sucessivas emissões (leilões) de dívida pública em que as taxas de juro médias se têm situado em níveis muito inferiores aos observados ao longo de 2011.

Essa tendência de descida das taxas propagou-se aos segmentos mais longos da dívida nos casos da França, Espanha e Itália em emissões realizadas já em 2012.

Para 2012 e como já referido, a expectativa é de uma contracção ligeira da economia da zona Euro, decorrente, segundo o FMI: (i) do agravamento dos juros da dívida pública; (ii) dos efeitos da desalavancagem financeira sobre a economia real; (iii) do impacto do reforço das medidas de austeridade orçamental previstas para este ano.

Assim, em consequência, esperam-se desempenhos negativos, para além dos casos já antecipados da Grécia e de Portugal, em Espanha (-1,7%) e na Itália (-2,2%), enquanto na Alemanha e na França se aguardam taxas de crescimento marginalmente positivas. A Irlanda continua a constituir um caso notável de sucesso do programa de assistência financeira patrocinado pela União Europeia e pelo FMI, esperando-se a continuação de uma evolução positiva da economia em 2012, sem prejuízo do cumprimento dos objectivos do Programa de Assistência.

IV. Outras economias

Nas outras economias, merece destaque o caso do Japão onde, como já foi referido, se verificou uma contracção da actividade em resultado dos acidentes naturais que levaram ao encerramento da quase totalidade das centrais nucleares e a perturbações em toda a cadeia produtiva, reduzindo temporariamente as exportações, situação entretanto já ultrapassada na parte final do ano.

Refira-se em especial o facto de o Japão, em consequência da necessidade de recorrer a importações maciças de petróleo para substituição da energia nuclear, ter apresentado em 2011 um défice na balança de mercadorias, situação que já não se verificava há mais de 30 anos, em consequência de uma ligeira contracção das exportações (-2,7%) e de um forte aumento das importações (+12%).

As economias mais dinâmicas, num contexto de desaceleração, continuaram a ser as da China (+9,2%) e da Índia (+7,4%), cujas políticas económicas procuram manter modelos de crescimento bastante assentes no dinamismo das exportações, embora tanto num caso como no outro existam factores estruturais que deverão condicionar a actividade económica, conduzindo a uma perda do ritmo de expansão nos anos mais próximos.

Uma nota ainda para a moderação do crescimento económico no Reino Unido, onde também estão em curso medidas de controlo dos défices públicos e de contenção do crescimento da dívida pública, os quais justificaram um visível abrandamento da actividade em 2011 (+0,9%), devendo prolongar-se para 2012.

V. Economia de Angola

A economia de Angola prosseguiu em 2011 a fase de recuperação iniciada em 2010, após a crise que se seguiu ao severo choque externo sofrido em 2008/2009 decorrente da súbita queda dos preços internacionais do petróleo.

Esta recuperação foi ainda moderada em 2011, sendo esperado um crescimento do PIB em torno de 3,5%, em consequência da quebra da actividade verificada no sector petrolífero (-3%), resultante de constrangimentos na produção, enquanto os sectores não petrolíferos conseguiram mostrar um dinamismo apreciável (+7,7%).

Os desenvolvimentos mais significativos da economia angolana em 2011, devidamente salientados aliás pelo FMI, foram o reforço das condições de estabilidade macroeconómica, em primeiro lugar, e a resolução final do problema dos atrasos de pagamento do sector público que havia causado elevada perturbação ao normal funcionamento da economia em 2009 e 2010.

No que se refere ao reforço das condições de estabilidade macroeconómica, salienta-se que se trata de uma importante consequência de opções de política económica, nomeadamente no domínio orçamental e monetário/cambial, num contexto em que se procuram cumprir os objectivos (incluindo “*benchmarks*” estruturais) consignados no Acordo de *Stand-By* celebrado com o FMI em Novembro de 2009 e que se prolongou até Março de 2012.

O reforço da estabilidade macroeconómica manifestou-se através dos seguintes indicadores:

- Consolidação orçamental, devendo as contas do Estado apresentar um superavit com receitas do petróleo equivalente a 8,5% do PIB (6,8% em 2010, défice de 4,9% em 2009), com receitas fiscais da exploração do petróleo, e a continuação da tendência de redução do défice com exclusão das receitas fiscais do petróleo, fixando-se em -22,5% do PIB (havia sido de -30,8%, -26,9% e -22,8%, respectivamente em 2008, 2009 e 2010);
- Abrandamento da inflação, a qual, depois de ter atingido 14,5% em média anual em 2010 e 15,3% no último mês, deverá ter abrandado ligeiramente em termos de média anual, para não mais de 14%, quedando-se nos 12% no último mês;
- Forte crescimento das reservas internacionais de divisas, que no final de 2011 ultrapassaram USD 25 mil milhões pela primeira vez na história do País, conseguindo um aumento de USD 7,7 milhões em relação ao valor registado no final de 2010, atingindo um valor que corresponde a cerca de 6 meses de importações.

O processo de consolidação orçamental tem merecido especial atenção do FMI, tendo permitido que em meados de 2011 fosse aprovado um orçamento suplementar que incluiu um pacote adicional de despesa, equivalente a 2,25% do PIB, distribuída por (i) 1,75% para despesas sociais prioritárias e para programas de infra-estruturas básicas e (ii) 0,5% para regularização de pagamentos em atraso.

A implementação deste orçamento suplementar não coloca em causa os objectivos de consolidação, devendo referir-se que o “superavit” orçamental previsto e acima indicado considera já esta despesa adicional.

No tocante à evolução dos preços no consumidor, em 2011 foi ainda influenciada pelo efeito desfasado do aumento dos combustíveis de Setembro de 2010, efeito que em 2012 já não deverá verificar-se pelo neste ano que será de esperar um abrandamento mais significativo da subida dos preços.

Note-se todavia que a subida dos preços no consumidor em Angola, como assinala o FMI, continua a apresentar uma inércia associada a factores de natureza estrutural, tais como a existência de bloqueios na logística dos transportes e a insuficiente concorrência em alguns mercados de produtos.

Em relação ao crescimento das reservas internacionais em divisas, cabe salientar que excedeu mesmo o objectivo previsto no Acordo de *Stand-By*, reflectindo uma evolução do preço do petróleo mais favorável do que a implícita naquele objectivo bem como os efeitos da política de contenção orçamental.

Esta posição das reservas internacionais em divisas reforçou a solvabilidade externa da economia e contribuiu para reduzir as tensões no mercado cambial, tendo como consequência a quase eliminação do “spread” entre a cotação do USD no mercado oficial e no mercado paralelo, o qual nos últimos meses de 2011 se situou em torno de 1%.

A taxa de câmbio USD/Kwanza evidenciou em 2011 um ajustamento deslizante, semelhante a um “*crawling-peg*”, de que resultou um ajustamento da taxa de câmbio de 2,83% entre Dezembro de 2010 e Dezembro de 2011, utilizando como termo de comparação a taxa média mensal divulgada pelo BNA.

Relativamente ao câmbio Euro/Kwanza a correcção no mesmo período foi de 3,88%, embora com um comportamento mais oscilante ao longo do ano.

A resolução dos atrasos de pagamento do Estado e de outros entes públicos ao sector privado ficou concluída ao longo de 2011, tendo sido apurado um montante global de atrasados equivalente a USD 7,5 mil milhões, estando a decorrer o programa de pagamentos acordado com os diversos grupos de credores o qual deverá prolongar-se até meados de 2012.

Para 2012 é esperada uma aceleração muito significativa do ritmo de crescimento, podendo a taxa de variação do PIB atingir um valor próximo de 11% segundo a previsão do FMI, com contribuições positivas semelhantes do sector petrolífero e dos demais sectores. Note-se que Angola deverá iniciar em 2012 a exploração comercial de gás natural, o que representará mais uma fonte de divisas.

VI. Economia portuguesa

O comportamento da economia portuguesa em 2011 foi essencialmente determinado pelas causas e pelos efeitos da crise financeira que atingiu o País e que obrigou as autoridades a solicitar à União Europeia, em Abril, uma operação de resgate financeiro com o objectivo primacial de evitar o incumprimento iminente das obrigações financeiras face ao exterior, num cenário de isolamento financeiro da República e do sistema bancário de fontes de financiamento externas com excepção do BCE.

Esse pedido de resgate deu origem à celebração, em Maio, de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que deverá decorrer até ao 1º trimestre de 2014 e cujos objectivos e medidas constam de um Memorando de Entendimento com a Comissão Europeia (MoU) e de um Memorando de Políticas Económicas e Financeiras celebrado com o FMI (MEFP), ambos formalizados em Maio.

O PAEF inclui um conjunto de medidas e iniciativas legislativas, nomeadamente de natureza estrutural, dirigidas ao saneamento das finanças públicas bem como ao reforço da estabilidade financeira e da competitividade.

Associado ao PAEF existe um conjunto de apoios financeiros concedidos pela União Europeia através do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira e pelo FMI através de uma *Extended Facility*, no montante de EUR 78 mil milhões (dos quais EUR 12 milhões especificamente afectos à vertente de reforço da estabilidade financeira, em princípio para aumento do capital de instituições financeiras que não tenham condições de obter no mercado os recursos necessários para cumprir os rácios de capital exigíveis até Junho de 2012), a disponibilizar em tranches, numa base condicional em função do cumprimento dos objectivos e da implementação das medidas contempladas no PAEF.

A implementação do PAEF deu origem à aplicação de um conjunto de medidas de austeridade orçamental, do lado da despesa e da receita, as quais tiveram um impacto muito relevante no comportamento da economia, induzindo uma forte quebra da procura interna que, apesar de parcialmente compensada por uma evolução favorável das exportações líquidas, provocou uma contracção da actividade reflectida numa queda do PIB que, segundo as mais recentes previsões do Banco de Portugal e do FMI, terá sido de 1,6% em 2011.

Para esta contracção da actividade económica contribuíram as diminuições do consumo, tanto privado (-3,6%) como público (-3,2%), bem como do investimento (-11,2%), originando uma quebra da procura interna de -5,2% e uma contribuição negativa desta para o PIB de -5,6%. Em compensação, as exportações líquidas terão dado uma contribuição bastante positiva para o PIB, da ordem de 4%, graças ao crescimento das exportações, de 7,3% e à quebra das importações, de -4,3%.

A acentuada queda do défice da balança de bens e de serviços com o exterior em relação ao último ano, próxima de 50%, mostra que o ajustamento da economia portuguesa se está a processar a ritmo significativo, permitindo uma diminuição apreciável das necessidades de financiamento externo líquidas, pese embora o agravamento do défice dos rendimentos, que em 2011 terá atingido cerca de 5,5% do PIB, quase EUR 9,5 mil milhões, em consequência do contínuo crescimento da dívida ao exterior e do seu significativo encarecimento.

No que se refere ao objectivo de redução do défice orçamental, para 5,9% do PIB em 2011 (não mais do que EUR 10.068 milhões, baixando de EUR 17 mil milhões em 2010), parece ter sido cumprido, graças à contabilização da receita extraordinária decorrente da transferência dos activos dos fundos de pensões de instituições de crédito, integrados a partir do final de 2011 na Segurança Social. Sem a contribuição dessa receita extraordinária, que atingiu EUR 3,3 mil milhões, o défice seria da ordem de 7,8% do PIB, mesmo assim inferior em cerca de 4% ao registado em 2010 numa base comparável.

Uma importante componente do PAEF é a que se refere ao reforço da estabilidade financeira e à qual, como atrás se referiu, ficaram reservados EUR 12 mil milhões da ajuda financeira negociada com a União Europeia e com o FMI, os quais poderão ser utilizados pelo Estado para subscrever/realizar capital dos bancos que careçam desse apoio. Ao abrigo desta componente, estão previstos (i) um aumento dos fundos próprios dos bancos para satisfação de requisitos adicionais de capital e (ii) o cumprimento de um plano de diminuição do nível de alavancagem dos balanços dos bancos medida pelo rácio crédito a clientes/recursos de clientes.

O cumprimento de um rácio *Core Tier 1* de 9% até final de 2011 parece ter sido possível por parte da generalidade dos bancos, sem recurso a capital subscrito/realizado pelo Estado, mediante o recurso a soluções de mercado, que incluíram a alienação de activos e aumento de fundos próprios). Uma nova exigência, de elevação do rácio *Core Tier 1* para 10% pelo menos até Dezembro de 2012 exigirá em alguns casos a subscrição/realização de capital pelo Estado.

Em relação ao plano de redução do grau de alavancagem dos balanços dos bancos, o PAEF aponta para que seja atingido um rácio crédito a clientes/ recursos de clientes não superior a 120% até 2014, tendo como ponto de partida, em Maio de 2011, um valor superior a 150%.

No tocante à balança de pagamentos (correntes+ capital), salienta-se a tendência de acentuada redução do défice, que em 2011 deverá ser da ordem de 6,8% do PIB (9% em 2010), com saliência para a redução do défice de bens e serviços para 3,6% do PIB (6,8% em 2010), reflectindo o esforço de ajustamento da economia associado ao cumprimento do PAEF.

Em relação a 2012, as previsões apontam um agravamento da contracção da economia para -3,1%, devido ao afundamento da procura interna e a um abrandamento do crescimento das exportações, reflectindo as expectativas de abrandamento da economia mundial e em especial da zona Euro para onde se dirigem quase 75% das exportações portuguesas.

Para a contracção da economia concorrem também as difíceis condições de financiamento das empresas em geral, e também dos particulares, decorrentes do esforço de desalavancagem dos balanços a que os bancos se encontram obrigados nos termos do PAEF bem como de uma maior sensibilidade ao risco de crédito por parte da generalidade das instituições.

O processo de ajustamento de défice orçamental deverá prosseguir, tendo em 2012 como meta um défice não superior a 4,5% do PIB (não mais do que EUR 7.645 milhões), com uma importante componente de redução de despesa. A obtenção deste objectivo pode vir a ser dificultada por uma contracção económica mais pronunciada do que a prevista caso o cenário internacional se deteriore, mas o cenário inverso também não está de todo excluído caso os primeiros sinais, mais animadores, de desempenho das economias europeias em 2012 venham a confirmar-se.

Um factor importante para o desempenho da economia europeia e da zona Euro em especial – com reflexos decisivos no desempenho da economia portuguesa – será a superação da crise sistémica da zona Euro, em especial a demonstração de que os Programas de Assistência aos países em maiores dificuldades são adequados à superação dos seus problemas económicos e financeiros como parece estar a ser demonstrado no caso da Irlanda.

Enquadramento da actividade do Banco BAI Europa

Actividades Operacionais

- Banca Comercial

A área de Banca Comercial tem como missão a prestação de serviços de elevada qualidade ao sector empresarial, ao abrigo de uma estratégia de negócio claramente definida, que envolve a captação selectiva de clientes.

O principal sector de actuação do Banco é composto por empresas portuguesas com actividade em Angola ou que desenvolvam relações comerciais com aquele País. A conhecida acumulação de dívidas do sector público Angolano por atraso de pagamento no mercado doméstico, que se verificou em 2009 e 2010, embora entretanto resolvida e em vias de total regularização, teve ainda impacto nas condições de liquidez de muitas empresas em 2011, não lhes tendo permitido recuperar a perda de actividade a que foram sujeitas nos dois anos anteriores, com consequências ao nível das suas condições de exploração e da satisfação dos seus compromissos financeiros.

Neste cenário, o Banco continuou a desenvolver a sua actividade segundo padrões de elevada prudência, considerando o aumento do risco inerente nos balanços dos seus clientes, resultando numa evolução moderada da carteira de crédito de 15,7% em comparação a 2010, considerando que o peso da carteira desta área de negócio no total do balanço do Banco permanece muito baixo (4%).

O crédito vencido do Banco não registou evolução significativa, mantendo as situações já referenciadas em 2010, as quais, como foi na altura referido, resultaram sobretudo da forte degradação da conjuntura económica em Portugal. A permanência ou mesmo acentuação da conjuntura económica negativa que se perspectiva, afectando em especial o sector imobiliário, não permite por ora condições propícias ao desenvolvimento de acções eficazes de recuperação.

- Banca de Investimentos

Este departamento tem como propósitos (i) investir os recursos financeiros disponíveis no grupo, procurando obter a melhor rentabilidade assumindo níveis de risco pré-definidos e (ii) organizar soluções financeiras mais especializadas para os Clientes, como, por exemplo, emissões de papel comercial.

(i) Na vertente de investimento dos recursos financeiros que não estão aplicados em crédito concedido, esta área evidenciou em 2011 um desempenho positivo, com reflexo na margem financeira, aplicando os seus fundos em instituições e instrumentos com perfis de risco adequados à política definida.

(ii) Na vertente de organização de soluções financeiras mais especializadas, esta área presta serviços personalizados aos seus clientes, actuando com profissionalismo e flexibilidade, de forma a satisfazer as necessidades dos seus clientes. A sua actividade incluiu, ainda, a prestação de serviços de assessoria financeira, análise e participação em financiamentos estruturados por outros bancos, de acordo com a política definida pela Administração.

De salientar em 2011 o reforço das aplicações em dívida de emitentes públicos, tanto em bilhetes de tesouro como em papel comercial, a prazos relativamente curtos, compatíveis com a necessidade de uma gestão prudente do risco.

A carteira de crédito não titulado desta área aumentou 6,6% em termos homólogos, atingindo EUR 73,2 milhões no final de 2011.

O quadro seguinte apresenta a evolução das carteiras de crédito a clientes e de títulos de dívida:

milhões de euros

	31-Dez-11	31-Dez-10	Δ %
Banca Comercial	51,5	44,5	15,7%
Banca de Investimento	73,2	68,7	6,6%
Crédito vencido	3,0	3,6	-16,7%
Provisões;			
Crédito vencido e de cobrança duvidosa	-3,5	-2,2	59,1%
Risco-país	-0,7	-3,3	-78,8%
Carteira de crédito a clientes líquida não titulada	123,5	111,3	11,0%
Banca de Investimento			
Papel Comercial	71,7	14,9	381,2%
Obrigações	20,5	15,7	30,6%
Bilhetes do Tesouro	3,0	0,0	-
Provisões risco-país	-1,3	-1,3	0,0%
Carteira de crédito líquida titulada	93,9	29,3	220,5%
Total	217,4	140,6	54,6%

- Serviço de Banca Correspondente

Esta área presta serviços a outros bancos (principalmente Bancos do Grupo). Durante o ano de 2011, a sua actividade desenvolveu-se em linha com o ano anterior, salientando-se um ligeira recuperação na área de créditos documentários no final do ano e uma melhoria do volume de ordens de pagamento processadas quando comparadas com o período homólogo.

Actividades de Suporte

- Auditoria Interna

É da responsabilidade do departamento de auditoria interna (DAI) assegurar que os processos operacionais do Banco são adequados para identificar, monitorizar e controlar os riscos a que este se encontra exposto, numa perspectiva custo/benefício.

Durante o ano o DAI efectuou várias acções de auditoria interna e continuou o seu trabalho no apoio à formalização dos procedimentos de controlo interno do Banco.

- Compliance

É da responsabilidade do Departamento de Compliance cooperar com os órgãos de administração e de gestão no sentido de assegurar que as actividades do BAIE se desenvolvem em conformidade com as leis e os regulamentos que disciplinam a actividade financeira, bem como com as políticas e normativos internos, de modo a evitar o risco de se incorrer em sanções ou prejuízos, quer financeiros, quer a nível de imagem e reputação.

O controlo e prevenção de actividades de branqueamento de capitais continuam a constituir uma área de relevo, requerendo uma monitorização das operações e um acompanhamento constante com actualizações regulares das normas emitidas pelo Banco de Portugal e por outras entidades nacionais e estrangeiras. Estas acções são desenvolvidas em conjunto com o Departamento de Auditoria Interna.

- Sistemas de Informação

Este Departamento tem por missão gerir e garantir a segurança do parque informático, dos sistemas de informação, das bases de dados e das redes de comunicação do Banco. Ao Departamento cabe ainda prestar apoio a todos os utilizadores dos sistemas informáticos e analisar as suas necessidades, com o objectivo de assegurar um ambiente de trabalho tão eficiente e produtivo quanto possível.

Entre os vários projectos desenvolvidos ao longo do ano, destaca-se o trabalho de preparação para a migração do novo sistema informático core do Banco, cuja implementação se prevê concluir durante o ano de 2012.

- Recursos Humanos

Em 31 de Dezembro de 2011 o Banco contava com um total de 27 Colaboradores (26 em 2010). O pessoal ao serviço do Banco é, com certeza, o seu activo mais valioso e determinante para o seu sucesso.

O Banco possui uma equipa de jovens profissionais com muito talento e com um leque de experiências variado, centrada na qualidade da prestação de serviços aos clientes e na observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Tem-se criado no Banco ao longo dos últimos anos uma cultura própria, de rigor e de exigência, mantendo ao mesmo tempo um ambiente de trabalho estimulante, factores que muito têm contribuído para alcançar os objectivos comerciais, operacionais e económicos estabelecidos.

Avaliação e Gestão de Riscos

No BAIE a gestão dos riscos centra-se na manutenção dos riscos dentro dos limites definidos na política de gestão de riscos, procurando-se otimizar a relação entre o risco e o respectivo retorno, assegurando sempre a solvabilidade do Banco em qualquer circunstância.

De acordo com o actual modelo de gestão de risco do Banco identificam-se como riscos relevantes, os seguintes:

- Risco de Crédito
- Risco de Balanço:
 - Risco de Liquidez
 - Risco de Taxa de Juro
 - Risco de Taxa de Câmbio
- Risco Operacional e de Compliance

- Organização

A política de gestão de risco é definida pelos Administradores Executivos e aprovada pelo Conselho de Administração, sendo da responsabilidade dos Administradores Executivos coordenar a sua implementação e monitorização, estabelecendo os procedimentos que perfazem o sistema de gestão de riscos.

A função de gestão de riscos é assegurada pelo Departamento Financeiro e de Controlo (DFC) no que diz respeito aos riscos do balanço, pelo Departamento de Risco de Crédito (DRC) no que toca ao risco de crédito e pelos Departamentos de Auditoria e Compliance quanto ao risco operacional e de Compliance, respectivamente.

Estes departamentos asseguram estas funções de forma independente, uma vez que não têm poderes de decisão sobre os riscos que monitorizam.

- Risco de Crédito e de Concentração de Crédito

O Departamento de Risco de Crédito (DRC), no que diz respeito às operações da Banca Comercial e Banca de Investimento tem a responsabilidade de assegurar: (i) a avaliação detalhada do risco de crédito inerente a cada operação de crédito proposta por essas áreas; (ii) o cumprimento da estratégia de negócio definida pela Administração e das normas prudenciais estabelecidas pela entidade de supervisão bancária; (iii) a monitorização do risco através do acompanhamento contínuo da carteira de crédito; e (iv) o acompanhamento dos processos de recuperação em caso de incumprimento.

A aprovação da concessão de crédito é da exclusiva competência dos Administradores Executivos ou do Conselho de Administração, dependendo dos montantes envolvidos.

A política de gestão determina limites de exposição máxima por clientes, grupo de clientes ligados entre si e por sector de actividade por país. Compete ao DRC monitorizar o cumprimento destes limites.

Para as operações da Sala de Mercados, o DRC assegura: (i) a avaliação periódica da situação financeira de cada contraparte (instituição/entidade), propondo limites de exposição para cada uma destas contrapartes, para aprovação dos Administradores Executivos; e (ii) a monitorização diária das posições de risco para confirmar que estas se encontram dentro dos limites definidos.

- Risco de Balanço

A gestão do risco do balanço envolve os riscos financeiros referentes aos activos e passivos no balanço, abrangendo liquidez, taxa de juro e taxa de câmbio.

A Sala de Mercados (SdM) é responsável pela gestão destes riscos, actuando de acordo com as políticas e dentro dos limites estabelecidos.

O DFC monitoriza a exposição do Banco aos riscos assumidos no balanço assegurando que estes se encontram dentro dos limites definidos na política de gestão de riscos.

i) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste no risco de o Banco não dispor de fundos suficientes para dar satisfação às suas responsabilidades monetárias, especialmente no curto prazo.

A política referente a este risco define a assunção de uma posição conservadora na gestão da liquidez, mantendo sempre uma posição muito líquida a curto prazo. Encontram-se definidos limites de posição de tesouraria e patamares de referência para alerta em função do volume dos recursos captados para os prazos temporais mais curtos.

Diariamente é apurada a projecção da posição de tesouraria dos activos e passivos financeiros e outras responsabilidades assumidas fora do balanço por moeda e prazos residuais, sendo essa informação utilizada pela SdM na gestão da tesouraria. O DFC monitoriza o cumprimento dos respectivos limites e a tomada de medidas correctivas quando necessário.

ii) Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro equivale ao impacto na margem financeira de alterações na taxa de juro, que se manifesta quando existem *mismatches* nos prazos dos activos e passivos.

A política referente a este risco tem como objectivo reduzir a sensibilidade da margem financeira às alterações na taxa de juro e, conseqüentemente, preservar o valor económico do balanço. Seguindo este objectivo, o Banco faz o *matching* em termos de prazos de *repricing* dos seus activos e passivos sempre que possível, não assumindo operações de montantes significativos de taxa fixa a médio longo prazo.

Para efeitos de monitorização, além da utilização da abordagem prudencial definida pelo Banco de Portugal na sua Instrução n.º 19/05, de 15 de Junho, o Banco desenvolveu um modelo de análise que efectua numa base mensal a medição do risco de taxa de juro, aplicando os factores de desconto a todos os *cash flows* líquidos (*gap* / posição) de cada operação individual, em vez de os aplicar aos *gap* organizados por bandas temporais (abordagem prudencial), obtendo desta forma uma maior precisão no cálculo da variável.

iii) Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio consiste na possibilidade de movimentos adversos das taxas de câmbio virem a causar impactos negativos nos resultados ou no capital.

A política referente a este risco espelha a atitude conservadora do Banco na assunção de riscos e define limites reduzidos para posições cambiais abertas.

A monitorização deste risco é feita numa base diária através da análise da posição cambial global, bem como da análise periódica do comportamento da posição em aberto face ao comportamento de cada divisa.

- Risco Operacional e de Compliance

O risco operacional é definido como o risco de impactos negativos nos resultados ou capital do Banco resultantes de falhas ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos.

O Banco reconhece o risco operacional como um risco potencialmente relevante na sua actividade e procura geri-lo dentro de limites aceitáveis através da implementação de um sistema de controlo interno adequado à sua actividade.

Eventos de risco operacional são analisados e imediatamente são tomadas medidas para prevenir a repetição de situações iguais ou semelhantes.

O risco de compliance é o risco decorrente da violação ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, contratos e regras de conduta que se aplicam à actividade do Banco.

O Departamento de Compliance tem como objectivo assegurar o cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares bem como dos deveres a que o Banco se encontra sujeito.

Análise Financeira

Apresenta-se, de seguida, uma breve análise financeira e da actividade do BAIE em 2011.

Demonstração de Resultados

	31-Dez-11	31-Dez-10	Δ
Juros e rendimentos similares	22 490 710	14 240 535	57,9%
Juros e encargos similares	(14 194 471)	(8 109 679)	75,0%
Margem Financeira (MF)	8 296 239	6 130 856	35,3%
Operações Financeiras (OF)	1 688 208	1 407 536	19,9%
Margem bruta (MF+OF)	9 984 447	7 538 392	32,4%
Comissões Líquidas (CL)	1 238 411	1 841 357	-32,7%
Outros Resultados Operacionais (ORO)	(858 937)	(4 526)	18877,8%
Produto Bancário (PB=MF+MC+ORO)	10 363 921	9 375 223	10,5%
Custos de Transformação (CT)	(3 278 874)	(2 873 478)	14,1%
EBITA (PB-CT)	7 085 047	6 501 745	9,0%
Amortizações do exercício (A)	(96 474)	(113 026)	-14,6%
Provisões e imparidade líquidas constituídas	(1 127 141)	(2 166 446)	-48,0%
Resultado antes de impostos	5 861 432	4 222 273	38,8%
Impostos	(1 942 450)	(1 414 815)	37,3%
Resultado líquido do exercício	3 918 982	2 807 458	39,6%
Cost to income [(CT+A)/PB]	-32,6%	-31,9%	2,2%

O BAIE obteve um **resultado líquido** para o exercício de 2011 de EUR 3 919 mil, o que representa um acréscimo de cerca 40% face ao período anterior.

A **margem financeira** perfez EUR 8 296 mil contra EUR 6 131 mil verificados em 2010. Este aumento significativo resulta, não só do incremento do volume médio de activos financeiros, em que se destaca o aumento do peso da carteira de títulos no total do balanço de 1,1% para 5,5%, mas também pela da subida relevante das taxas de remuneração dessa carteira face ao comportamento do custo de *funding* do Banco.

Os lucros com **operações financeiras** cresceram reflectindo o incremento da actividade com operações cambiais na área de negócio de banca correspondente.

As **comissões líquidas** registaram um decréscimo, devido à diminuição expressiva da actividade relacionada com créditos documentários a qual só registou uma recuperação no último trimestre de 2011.

Os **outros resultados operacionais** apresentam um forte agravamento em resultado do já referido pagamento do imposto extraordinário sobre o sector bancário criado em 2011 no valor de EUR 628 mil. Adicionalmente, os encargos com impostos correntes apresentados na rubrica de **impostos** sofrem um agravamento de EUR 167 mil em virtude da não dedutibilidade fiscal deste imposto extraordinário.

Os **custos de transformação** reflectem um aumento de 14% sobre o montante registado no ano transacto. Este acréscimo deve-se essencialmente aos aumentos dos i) gastos com pessoal - derivado da transferência no início de 2011, por imperativo legal, dos colaboradores do Banco abrangidos pelo ACTV do sector bancário para o regime geral da segurança social, e pela nomeação de mais um administrador executivo, e ii) dos gastos gerais administrativos associados ao projecto de migração para um novo sistema informático core bancário. Todavia, salienta-se que o *cost to income* se mantém próximo dos 30%.

A rubrica de **provisões e imparidade líquidas constituídas** reflecte um reforço no montante total de EUR 1,7 milhões das provisões para créditos vencidos e de cobrança duvidosa, e das imparidades de activos recebidos em dação por recuperação de créditos. Este aumento foi atenuado pela redução de operações com entidades residentes na República de Angola, sobre as quais o Banco de Portugal impõe provisões para risco país de 10%, anotando-se contudo, que o BAIE considera bastante reduzido o risco de incumprimento nessas operações.

Balanço

	31-Dez-11	31-Dez-10	Δ
Activos financeiros:			
Disponibilidades	127 209 313	69 453 297	83,2%
Aplicações em instituições de crédito	1 100 986 426	1 282 709 088	-14,2%
Crédito a clientes	123 456 133	111 282 120	10,9%
Investimentos detidos até à maturidade	80 026 412	16 371 022	388,8%
Outros activos financeiros	28 403 513	28 287 979	0,4%
Total activos financeiros	1 460 081 797	1 508 103 506	-3,2%
Activos não financeiros	3 584 549	2 991 914	19,8%
Total activos	1 463 666 346	1 511 095 420	-3,1%
Passivos financeiros:			
Recursos de instituições de crédito	1 331 774 637	1 362 927 344	-2,3%
Recursos de clientes	64 867 998	85 498 330	-24,1%
Passivos Subordinados	4 500 327	4 500 280	0,0%
Outros passivos financeiros	7 058 624	7 655 250	-7,8%
Total passivos financeiros	1 408 201 586	1 460 581 204	-3,6%
Outros passivos não financeiros	2 629 818	1 310 247	100,7%
Capital	40 000 000	40 000 000	0,0%
Reservas de reavaliação	1 051 802	1 230 805	-14,5%
Outras reservas e resultados transitados	7 864 158	5 165 706	52,2%
Resultado do exercício	3 918 982	2 807 458	39,6%
Total passivos e capital próprio	1 463 666 346	1 511 095 420	-3,1%

O **total do balanço** acabou por permanecer muito perto dos EUR 1 511 milhões, o valor apresentado no final de 2010, o que representa uma redução de apenas 3%. Em termos médios, verifica-se um comportamento oposto, com um crescimento de 7% (+EUR 100 milhões). Este aumento médio foi sustentado com o acréscimo dos recursos de recursos de instituições de crédito permitindo além de sustentar um aumento médio da actividade creditícia, como também colmatar o efeito da redução do volume médio e do valor anual dos recursos de clientes.

De salientar o aumento da rubrica de **investimentos detidos à maturidade** em detrimento das aplicações em instituições de crédito, com o incremento da carteira de títulos de dívida pública portuguesa de curto prazo e de operações de papel comercial de empresas portuguesas também de curto de prazo.

A 31 de Dezembro de 2011, o rácio de adequação de fundos próprios apurado de acordo com as regras definidas pelo Banco de Portugal ascendia a 12,8%. Nesta data, o **rácio Core Tier 1** corresponde 12,2%, um valor confortavelmente superior ao limite mínimo de 9,0% definido pela entidade de supervisão bancária, e igualmente superior ao limite de 10% estabelecido para o final do ano de 2012.

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que ao Resultado Líquido apurado no exercício de 2011, no valor de Euros 3 918 982, lhe seja dada a seguinte aplicação

- | | |
|---|-----------|
| • Transferido para Resultados Transitados | 3 135 186 |
| • Transferido para Reservas Legais | 783 796 |

Lisboa, 7 de Março de 2012

O Conselho de Administração

José Paiva
Presidente

Paula Gray
Vice-Presidente

António Pinto Duarte
Administrador

José Tavares Moreira
Administrador

Banco BAI Europa, S.A.
Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2011

BANCO BAI EUROPA, S.A.
BALANÇOS (DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31-Dez-11			31-Dez-10	Notas	31-Dez-11		31-Dez-10	
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido			31-Dez-11	31-Dez-10		
Activo										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	42 756 411	-	42 756 411	45 256 501					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	84 452 902	-	84 452 902	24 196 796					
Activos financeiros detidos para negociação	5	1 036 931	-	1 036 931	1 111 483					
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados	6	7 058 624	-	7 058 624	7 501 713					
Activos financeiros disponíveis para venda	7, 18	20 638 568	(1 279 079)	19 359 489	18 726 314					
Aplicações em instituições de crédito	8	1 102 691 069	(1 704 643)	1 100 986 426	1 282 709 088					
Crédito a clientes	9	127 770 935	(4 314 802)	123 456 133	111 282 120					
Investimentos detidos até à maturidade	10	80 073 367	(46 955)	80 026 412	16 371 022					
Activos com acordo de recompra		-	-	-	-					
Derivados de cobertura		-	-	-	-					
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-					
Propriedades de investimento		-	-	-	-					
Outros activos tangíveis	11	1 414 377	(1 072 552)	341 825	369 773					
Activos intangíveis	12	886 853	(679 440)	207 413	234 885					
Investimentos em filiais e associadas	13	948 469	-	948 469	948 469					
Activos por impostos correntes	14	-	-	-	318 875					
Activos por impostos diferidos	14	795 707	-	795 707	508 641					
Outros activos	15, 18	2 725 303	(485 699)	2 239 604	1 559 740					
Total de Activo		1 473 249 516	(9 583 170)	1 463 666 346	1 511 095 420					
Passivo										
Recursos de bancos centrais	16	640 011 446	-	640 011 446	1 134 651 273					
Passivos financeiros detidos para negociação	5	-	-	-	153 537					
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados	6	7 058 624	-	7 058 624	7 501 713					
Recursos de outras instituições de crédito	16	691 763 191	-	691 763 191	228 276 071					
Recursos de clientes e outros empréstimos	17	64 867 998	-	64 867 998	85 498 330					
Responsabilidades representadas por títulos		-	-	-	-					
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-	-					
Derivados de cobertura		-	-	-	-					
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-	-					
Provisões	18	808 318	-	808 318	672 180					
Passivos por impostos correntes	14	910 912	-	910 912	-					
Passivos por impostos diferidos	14	84 208	-	84 208	158 086					
Instrumentos representativos de capital		-	-	-	-					
Outros passivos subordinados	19	4 500 327	-	4 500 327	4 500 280					
Outros passivos	20	826 380	-	826 380	479 981					
Total de Passivo		1 410 831 404		1 461 891 451						
Capital Próprio										
Capital	21	40 000 000	-	40 000 000	40 000 000					
Prémios de emissão		-	-	-	-					
Outros instrumentos de capital (Acções próprias)		-	-	-	-					
Reservas de reavaliação	21	1 051 801	-	1 051 801	1 230 805					
Outras reservas e resultados transitados	21	7 864 159	-	7 864 159	5 165 706					
Resultado do exercício	21	3 918 982	-	3 918 982	2 807 458					
(Dividendos antecipados)		-	-	-	-					
Total de Capital Próprio		52 834 942		49 203 969						
Total de Passivo + Capital Próprio		1 463 666 346		1 511 095 420						

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANCO BAI EUROPA, S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

(Montantes expressos em euros)

	Notas	31-Dez-11	31-Dez-10
Juros e rendimentos similares	22	22 490 710	14 240 535
Juros e gastos similares	22	(14 194 471)	(8 109 679)
Margem financeira	22	8 296 239	6 130 856
Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
Rendimentos de serviços e comissões	23	1 367 350	1 905 668
Encargos com serviços e comissões	23	(128 939)	(64 311)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	24	(62 539)	3 524
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	7	295 607	423 293
Resultados de reavaliação cambial	2.3	1 455 140	1 043 114
Resultados de alienação de outros activos		-	(62 395)
Outros resultados de exploração	25	(858 937)	(4 526)
Produto bancário		10 363 921	9 375 223
Custos com pessoal	26	(1 972 094)	(1 682 727)
Gastos gerais administrativos	27	(1 306 780)	(1 190 751)
Amortizações do exercício	11, 12	(96 474)	(113 026)
Provisões líquidas de reposições e anulações	18	(136 138)	292 385
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	18	(406 520)	(2 017 252)
Imparidade e provisões risco país de outros activos financeiros líquidas de reversões e recuperações	18	(166 388)	(373 975)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	18	(418 095)	(67 604)
Resultado antes de impostos		5 861 432	4 222 273
Impostos	28	(1 942 450)	(1 414 815)
Correntes	28	(2 229 517)	(1 714 267)
Diferidos	28	287 067	299 452
Resultado após impostos		3 918 982	2 807 458
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		3 918 982	2 807 458
Resultado por acção		0,49	0,35

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANCO BAI EUROPA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	(Montantes expressos em euros)	
	31-Dez-11	31-Dez-10
Resultado do exercício	3 918 982	2 807 458
Ganhos e perdas actuariais acumulados de benefícios longo prazo	(123 509)	-
Impacto fiscal	-	-
Reserva de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	(252 881)	837 278
Impacto fiscal	73 878	(133 253)
Resultado não incluído na demonstração de resultados	(302.512)	704.025
Rendimento integral	3 616 470	3 511 483

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANCO BAI EUROPA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em euros)

	Capital	Prémios de emissão	Resultados transitados	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Resultado do exercício	(Dividendos antecipados)	Total Capital
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	40 000 000	-	732 667	257 379	526 780	4 175 660	-	45 692 486
Incorporação em resultados transitados do resultado líquido de 2009	-	-	3 340 528	835 132	-	(4 175 660)	-	-
Reservas reavaliação: activos disponíveis para venda	-	-	-	-	704 025	-	-	704 025
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado gerado no exercício de 2010	-	-	-	-	-	2 807 458	-	2 807 458
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	40 000 000	-	4 073 195	1 092 511	1 230 805	2 807 458	-	49 203 969
Incorporação em resultados transitados e reservas legais do resultado líquido de 2010	-	-	2 245 966	561 492	-	(2 807 458)	-	-
Reservas reavaliação	-	-	-	-	(179 003)	-	-	(179 003)
Ganhos e perdas actuariais acumulados de benefícios longo prazo	-	-	(123 509)	-	-	-	-	(123 509)
Alteração retrospectiva política contabilística IAS 19 - Eliminação regra corredor	-	-	14 503	-	-	-	-	14 503
Resultado gerado no exercício de 2011	-	-	-	-	-	3 918 982	-	3 918 982
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	40 000 000	-	6 210 155	1 654 003	1 051 802	3 918 982	-	52 834 942

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANCO BAI EUROPA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em euros)

	31-Dez-11	31-Dez-10
Actividades operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	24 439 793	15 166 174
Juros, comissões e outros custos pagos	(14 971 497)	(8 180 078)
Resultados cambiais e de outras operações financeiras	870 527	4 248 232
Pagamento a empregados e fornecedores	(3 498 140)	(2 845 329)
Fluxo líquido operacional antes das variações nos activos e passivos	6 840 683	8 388 999
Diminuições (aumentos) em:		
Investimentos detidos até à maturidade	(64 274 950)	(4 073 746)
Aplicações em instituições de crédito	180 005 231	(469 062 114)
Crédito a clientes	(11 253 959)	(24 502 442)
Outros activos	(554 873)	377 719
Fluxo líquido proveniente de activos operacionais	103 921 449	(497 260 583)
Aumentos (diminuições) em:		
Recursos de outras instituições de crédito e de bancos centrais	(31 291 134)	518 208 595
Recursos de clientes	(20 656 882)	(8 947 286)
Outros passivos e contas de regularização	340 946	67 867
Fluxo líquido proveniente de passivos operacionais	(51 607 070)	509 329 176
Contribuição para responsabilidades com pensões de reforma	-	(97 217)
Pagamento de impostos sobre lucros	(987 019)	(3 778 198)
Caixa ilíquida das actividades operacionais	58 168 043	16 582 177
Actividades de investimento		
Rendimento de activos financeiros disponíveis para venda	295 607	423 293
Aquisições de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de alienações	(995 346)	(6 248 371)
Aquisições de outros activos financeiros ao justo valor líquidas de alienações	443 090	(3 459 573)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(41 054)	(422 670)
Caixa líquida das actividades de investimento	(297 703)	(9 707 321)
Actividades de financiamento		
Juros de passivos subordinados	(114 324)	(91 869)
Caixa líquida das actividades de financiamento	(114 324)	(91 869)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	57 756 016	6 782 987
Caixa e seus equivalentes no início do período (notas 3 e 4)	69 453 297	62 670 310
Caixa e seus equivalentes no final do período (notas 3 e 4)	127 209 313	69 453 297

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Banco BAI Europa, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
em 31 de Dezembro de 2011

(Montantes expressos em euros)

1 Introdução

O BANCO BAI EUROPA, S.A. (“BAIE” ou “Banco”) tem sede em Lisboa, foi constituído em 26 de Agosto de 2002 ao abrigo da autorização concedida por Portaria da Ministra de Estado e das Finanças, de 10 de Maio de 2002, sucedendo à Sucursal do BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS, S.A. (“BAI”, anterior designação BANCO AFRICANO DE INVESTIMENTOS) em Portugal e tem como objecto o exercício da actividade bancária. Actualmente o Banco exerce a sua actividade através da sua sede e de um balcão em Lisboa e de um escritório no Porto.

A actividade do BAIE está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, sendo considerado uma instituição financeira de acordo com o Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

2. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

As Demonstrações financeiras agora apresentadas foram preparadas no sentido de dar cumprimento à legislação em vigor.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base nos registos contabilísticos do BAIE e processadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, e nas Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia (UE) no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, de 21 de Fevereiro, excepto quanto às seguintes matérias:

- i) Valorimetria dos créditos a clientes e outros valores a receber – Na data do reconhecimento inicial são registados pelo valor nominal, sendo a componente de juros, comissões e custos externos imputáveis às respectivas operações subjacentes reconhecida segundo a regra de *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês;
- ii) Provisionamento de créditos a clientes e outros valores a receber – As provisões para esta classe de activos financeiros encontra-se sujeito a um quadro mínimo de referência para constituição de provisões específicas, gerais e risco-país, nos termos definidos no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 8/2003 e n.º 3/2005;
- iii) Activos tangíveis – Na data do reconhecimento inicial são registados ao custo de aquisição, mantendo-se subsequentemente ao custo histórico, salvo quando se verifiquem reavaliações legalmente autorizadas; e
- iv) o impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação da IAS 19 com referência a 31 de Dezembro de 2005 poderá ser reconhecido em resultados transitados, através de um plano de prestações uniformes por um prazo de 5 anos, com excepção da parte relativa a responsabilidades por cuidados médicos pós-emprego e alteração dos pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para as quais o prazo se estende até aos 7 anos, conforme definido nos Avisos do Banco de Portugal n.º 4/2005 e n.º 12/2005, de 21 de Fevereiro e 22 de Dezembro, respectivamente.

As IAS/IFRS são as normas e interpretações adoptadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) que compreendem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) ou pelo anterior *Standard Interpretation Committee* (SIC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 7 de Março de 2012.

2.2 Uso de estimativas nas demonstrações financeiras

A preparação das demonstrações financeiras requer que a gestão do Banco adopte pressupostos e efectue estimativas que afectam activos, passivos, réditos e custos, nomeadamente nas áreas de:

Provisões para crédito concedido

O Banco apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de provisões para crédito adicionais aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recuperáveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

Impostos sobre lucros

O Banco reconheceu impostos diferidos activos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

Justo valor de derivados e activos financeiros não cotados

O justo valor de instrumentos financeiros derivados e activos financeiros não cotados foi estimado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, utilizando pressupostos de mercado ou de entidades terceiras. Os resultados alcançados com estes modelos dependem dos pressupostos utilizados.

Pensões de reforma e outros

As responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários (nota 30). Estes pressupostos são baseados nas expectativas do BAIE à data de balanço, para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

2.3 Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira (IAS 21)

As demonstrações financeiras são expressas na moeda funcional, Euros, em virtude de ser a moeda utilizada no ambiente económico principal em que o Banco opera.

Os activos e passivos financeiros em moeda estrangeira são registados nas respectivas moedas de denominação.

A conversão para euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada da seguinte forma:

- i) Os activos e passivos monetários são convertidos para moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data de balanço;
- ii) Os activos e passivos não monetários valorizados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data da transacção; e
- iii) Os activos e passivos não monetários valorizados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial das posições líquidas são reflectidas em resultados do exercício, na rubrica "Resultados de reavaliação cambial".

A posição líquida cambial à vista numa moeda resulta do saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A posição líquida cambial a prazo numa moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam nos dois dias úteis subsequentes.

A conversão dos réditos e dos custos em moedas estrangeiras é efectuada numa base mensal ao câmbio do final do mês.

As taxas de câmbio utilizadas no processo de conversão para a moeda funcional dos activos, passivos, réditos e custo expressos em moeda estrangeira, são as taxas divulgadas a título indicativo pelo Banco Central Europeu, designadas por taxas *fixing*.

Com o objectivo de mitigação da sua exposição ao risco cambial, o BAIE utiliza instrumentos financeiros derivados como “*forwards* cambiais” e “*swaps* cambiais”. As políticas contabilísticas utilizadas no registo destas operações são descritas nas notas 2.4.2 e 2.4.6.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Crédito a clientes e outros valores a receber

2.4.1.1 Valorimetria, reconhecimento inicial e subsequente (Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal):

O crédito e outros valores a receber compreende todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Conforme referido na nota 2.1, estes activos financeiros são inicialmente registados pelo valor nominal, que em geral, no momento inicial, coincide com o justo valor. Posteriormente, a componente de juros, comissões e custos externos imputáveis às respectivas operações subjacentes é reconhecida segundo a regra de *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês.

O rédito referente a comissões por serviços prestados que sejam directamente associadas a operações de crédito é reconhecido ao longo do período da execução do serviço.

O Banco procede ao abate de créditos ao activo (*write-offs*) de operações que considere irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

2.4.1.2 Desreconhecimento (IAS 39)

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.4.1.3 Provisionamento (Aviso n.º 3/95)

A carteira de créditos a clientes (nota 9), de garantias prestadas e compromissos irrevogáveis registados (nota 29) encontra-se sujeito a um quadro mínimo de referência para constituição de provisões específicas, gerais e de risco-país, nos termos definidos no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 8/2003 e n.º 3/2005.

a) Provisões para risco específico de crédito

As provisões para risco específico de crédito são constituídas para crédito, títulos e juros vencidos e para outros créditos de cobrança duvidosa.

As provisões para crédito, títulos e juros vencidos destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança de créditos com prestações de capital ou juros vencidos não regularizados (nota 18), dependendo de eventuais garantias existentes e sendo o seu montante crescente em função do tempo decorrido desde a entrada em incumprimento (escalonamento temporal).

A prorrogação ou renovação dos créditos vencidos relativamente aos quais não foram integralmente pagos os juros ou encargos vencidos não interrompe o escalonamento temporal referido no parágrafo anterior, nem determina a isenção de constituição das respectivas provisões para crédito e juros vencidos.

As provisões para outros créditos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos de não cobrança das prestações vincendas, designadamente:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - l) Excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;

II) Estarem em incumprimento há mais de:

- Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a 5 e inferior a 10 anos;
 - Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.
- Os créditos vencidos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a reclassificação prevista na alínea anterior, o crédito e juros vencidos de todas as operações, relativamente a esse cliente, excederem 25 % do crédito total, acrescido dos juros vencidos.

b) Riscos gerais de crédito

Estas provisões são constituídas para fazer face a riscos gerais de crédito, nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho. De acordo com o regime disposto neste Aviso, estas provisões deverão corresponder a 1,5% do crédito ao consumo e do crédito a particulares de finalidade não determinada e a um mínimo de 1% do restante crédito concedido, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza idêntica (nota 18).

c) Provisões para risco-país

As provisões para risco-país são constituídas para fazer face ao risco imputado a todos os activos financeiros, i.e. não só activos registados na categoria de crédito a clientes e outros valores a receber, e elementos extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco (nota 18).

O regime de constituição destas provisões é o que está previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, na Instrução do Banco de Portugal n.º 94/96, publicada no Boletim de Normas e Informações n.º 1, de 17 de Junho de 1996 e em Carta do Banco de Portugal sob a referência 46/07/DSBDR, de 22 de Junho.

d) Anulação de juros (Aviso n.º 3/95)

Os juros vencidos e não cobrados são contabilizados como juros vencidos a regularizar na data em que a cobrança se deveria ter efectivado, ficando a aguardar, pelo período máximo de 90 dias, a respectiva regularização.

Decorrido este prazo, é suspensa a contabilização dos juros em contas de proveitos relativamente ao capital registado em crédito vencido e são anulados os juros contados a partir da última prestação de juros paga, com excepção das operações de crédito com garantia das entidades indicadas no Aviso n.º 3/95 que continuarão a ser contabilizados como proveitos, durante todo o tempo em que os créditos se mantenham nesta situação. Igual tratamento será dado aos juros de créditos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura, prudentemente avaliado.

2.4.2 Activos financeiros ao justo valor através de resultados (IAS 39)

Nesta categoria encontram-se registados activos financeiros detidos para negociação, que corresponde essencialmente a instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Esta categoria inclui os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros designados na opção de justo valor. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos que cumpram os seguintes requisitos:

- elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada "uma falta de balanceamento contabilística");
- um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou
- se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo a IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados com valor positivo, também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura (nota 2.4.8).

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos no resultado do exercício nas contas de “Resultados de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados”. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidos em resultados.

Esta categoria de activo financeiro é abrangida pelo regime de constituição destas provisões para risco país previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, nos termos definidos na alínea c) do ponto 2.4.1.

2.4.3 Investimentos detidos até à maturidade (IAS 39)

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas para os quais o Banco tem intenção e capacidade financeira de deter até aos respectivos vencimentos previstos. Nesta categoria encontra-se registada essencialmente a carteira de títulos de papel comercial e uma parte da carteira de obrigações.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos financeiros são mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo, deduzido de eventuais perdas por imparidade e de provisões para risco-país.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente todos os recebimentos ou pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto na quantia escriturada desse instrumento.

A IAS 39 considera as seguintes situações como sendo indícios de imparidade em activos financeiros mensurados ao custo amortizado:

- Significativa dificuldade financeira do devedor ou do emissor da dívida;
- Incumprimentos contratuais relacionados com pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturações dos planos financeiros do crédito para prazos mais dilatados;
- Probabilidade significativa de processo de falência ou reestruturação financeira do devedor;
- Desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro em virtude de dificuldades financeiras;
- Histórico de incumprimento ou atraso nos pagamentos do plano financeiro do crédito;
- Condições económicas adversas que se correlacionam com o efectivo ou potencial incumprimento por parte do devedor.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são abrangidos pelo regime de constituição destas provisões para risco país previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, nos termos definidos na alínea c) do ponto 2.4.1.

2.4.4 Empréstimos concedidos e contas a receber (IAS 39)

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos nas restantes categorias de activos financeiros acima referidas. Esta categoria abrange apenas valores a receber de instituições de crédito.

A mensuração inicial e subsequente destes activos financeiros é em tudo idêntica à dos investimentos detidos até à maturidade (nota 2.4.3).

Os activos financeiros classificados nesta categoria são abrangidos pelo regime de constituição destas provisões para risco país previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, nos termos definidos na alínea c) do ponto 2.4.1.

2.4.5 Activos financeiros disponíveis para venda (IAS 39)

Activos financeiros disponíveis para venda são aqueles: (i) cuja intenção do Banco é a sua detenção por um período indeterminado de tempo (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de reavaliação em capitais próprios, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros corridos, diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e comissões incrementais, são registados em resultados, de acordo com o método de taxa efectiva. Os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

A evidência de imparidade resulta de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, designadamente:

- (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação de montante superior a 30% do respectivo valor de aquisição, e
- (ii) para títulos não cotados, quando se verifica um evento (ou eventos) que tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, ou quando os títulos são avaliados por entidades independentes e se essas avaliações apresentam uma desvalorização contínua, significativa e inesperada face à estratégia de investimento e rentabilidade inicialmente estimada.

Tendo em conta a actual conjuntura de turbulência, a Administração do Banco dedicou especial atenção na análise rigorosa da carteira destes activos financeiros no sentido de verificar a existência de prova objectiva de imparidade.

O BAIE regista actualmente nesta categoria instrumentos de capital, instrumentos de dívida e unidades de participações fundos de investimento (nota 7).

Os activos financeiros classificados nesta categoria são abrangidos pelo regime de constituição destas provisões para risco país previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, nos termos definidos na alínea c) do ponto 2.4.1.

2.4.6 Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (IAS 39)

Esta categoria inclui os passivos financeiros detidos para negociação que, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura, correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa (nota 2.4.8), e aos passivos financeiros designados na opção de justo valor. Um passivo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Os passivos financeiros que se encontram classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos no resultado do exercício na rubrica de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os passivos que cumpram os requisitos enumerados na nota 2.4.2.

2.4.7 Outros passivos financeiros (IAS 39)

Esta categoria inclui os recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes, e outros passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu justo valor acrescido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos financeiros são mensurados ao custo amortizado usando o método do juro efectivo.

2.4.8 Instrumentos financeiros derivados (IAS 39)

Os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negocia os contratos e são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os justos valores são obtidos através de preços de mercado cotados em mercados activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente: modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções. Os derivados são considerados como activos quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rentabilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não seja mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração de resultados.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nominal).

O Banco só possui derivados de negociação nos termos da IAS 39, os quais são mensurados ao justo valor, sendo as alterações no seu valor reconhecidas imediatamente em resultados.

2.5 Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis (Aviso n.º 1/2005, Instruções n.º 23/2004 e n.º 4/96)

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões e outros réditos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações (nota 29).

Estas responsabilidades são abrangidas pelo regime de constituição destas provisões para risco país previsto no Aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, nos termos definidos na alínea c) do ponto 2.4.1.

2.6 Outros activos tangíveis e locações (IAS 16, Aviso n.º1/2005 e IAS 17)

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações e perdas por imparidade. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com o número de anos de vida útil esperada, os quais se situam dentro dos limites permitidos pela legislação fiscal Portuguesa, como a seguir se indica:

	Número de anos
Imobilizações em edifícios arrendados	10
Equipamento	3 a 5
Outras imobilizações corpóreas	4 a 12

O custo de aquisição inclui despesas que sejam directamente atribuíveis à aquisição dos bens. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo do exercício, nas contas de “Gastos gerais administrativos”.

De acordo com a IAS 16, estes activos encontram-se sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias que indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável resulta do maior entre dois valores, o valor de mercado do activo deduzido de custos e o seu valor de uso.

Conforme a IAS 17, o Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais. São classificadas como locações financeiras todas as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são substancialmente transferidos para o locatário. As restantes operações são classificadas como locações operacionais.

O Banco enquanto locatário, regista os contratos classificados como de locação financeira da seguinte forma:

- i) No seu início, o bem em regime de locação financeira é registado no activo em “Outros activos tangíveis” e no passivo em “Outros passivos” pelo seu justo valor que é equivalente ao seu custo de aquisição;
- ii) Subsequentemente, aquando da liquidação das rendas, a parte referente ao encargo financeiro (juros) é registada em resultado em “Juros e encargos similares”. A parte respeitante à amortização financeira do capital é deduzida à dívida registada no passivo.

Os contratos classificados como de locação operacional são registados em resultados em “Gastos gerais administrativos” no período a que respeitam.

O Banco actualmente não realiza operações de locação como locador.

2.7 Activos intangíveis (IAS 38)

Esta rubrica compreende essencialmente custos de aquisição, desenvolvimento e implementação de software para ser utilizado na actividade do Banco.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade e amortizações pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são registadas como custo no exercício em que são incorridas.

O Banco não reconhece activos intangíveis gerados internamente.

2.8 Investimentos em associadas (IAS 28)

Esta rubrica inclui a participação de 17% do capital e direito de voto numa empresa em que o BAIE exerce influência significativa. Este activo é registado ao custo histórico (nota 13).

A participação financeira é expressa em moeda estrangeira tendo sido convertida para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data da respectiva aquisição (nota 2.3).

2.9 Impostos sobre lucros (IAS 12)

O BAIE está sujeito ao regime fiscal consignado no Código sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) e do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício às taxas de imposto legalmente em vigor em Portugal para o período em que reportam os resultados, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao montante do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal. Caso se verifiquem prejuízos fiscais reportáveis e créditos fiscais, estes são também registados como activos por imposto diferido.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são dedutíveis aos lucros fiscais nos seis anos seguintes.

Não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Não são igualmente registados activos por impostos diferidos referentes a participações financeiras em associadas, por não ser provável que a diferença reverta no futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do BAIE dizem respeito a provisões temporariamente não dedutíveis, activos financeiros disponíveis para venda e benefícios a empregados de longo prazo.

Os impostos diferidos são calculados numa base anual utilizando taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

2.10 Benefícios dos empregados (IAS 19)

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com a IAS 19. Os principais benefícios de empregados são pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde pós-emprego, outros e benefícios de longo prazo e benefícios de curto prazo:

2.10.1 Pensões de reforma e de sobrevivência e encargos com saúde

De acordo com o Plano de Pensões anexo ao contrato de adesão ao Fundo de pensões da PENSÕESGERE – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., o BAIE assume o compromisso de atribuir aos seus colaboradores que se encontram abrangidos em matéria de segurança social pelo Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário Português (ACTV) ou às suas famílias prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência. Presentemente, estas prestações consistem numa percentagem crescente do número de anos de serviço do colaborador na banca, aplicada aos seus salários. Nesta medida, o plano classifica-se como um plano de benefício definido.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º1-A/2011, de 3 de Janeiro, os colaboradores abrangidos pelo ACTV que se encontravam em idade activa a 4 de Janeiro de 2011, passaram a ser abrangidos desde dessa data pelo Regime Geral da Segurança Social (RGSS), no que se refere apenas ao benefício de reforma de velhice.

O BAIE determina numa base anual o valor total destas responsabilidades, através de cálculos efectuados por actuários independentes, utilizando o método “*Unit Credit Projected*”, e pressupostos actuariais considerados adequados (nota 30). O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma e sobrevivência, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (Serviços de Assistência Medico-Social- SAMS).

Os pressupostos actuariais têm por base as expectativas de crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade utilizadas por algumas instituições que operam no mercado financeiro português. A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Até 4 de Janeiro de 2011 as responsabilidades eram exclusivamente financiadas por um fundo de pensões, sendo reconhecido em balanço na rubrica “Outros passivos” ou “Outros activos” o montante correspondente à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos do fundo de pensões à data do balanço, caso aplicável, ajustado pelos ganhos e perdas actuariais diferidos, consoante o valor dessa diferença seja positivo ou negativo. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus activos à data de balanço. Da aplicação do acima referido Decreto-Lei n.º1-A/2011, o plano de benefícios definido para os colaboradores abrangidos pelo ACTV no que se refere ao benefício de reforma de velhice, passa a ser financiado pelo fundo de pensões, na parte respeitante a responsabilidade por serviços passados até 4 Janeiro de 2011, e pela Segurança Social, na parte respeitante a serviços passados após essa data.

Em 1 de Janeiro de 2011 procedeu-se à alteração da política contabilística de mensuração dos ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais (ganhos e perdas actuariais ou GPA).

Até 31 de Dezembro de 2010 os GPA eram diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite do maior dos valores apurados à data do balanço entre o montante correspondente a 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados e o montante correspondente a 10% do valor do fundo de pensões. Caso os ganhos e perdas actuariais excedessem o valor do corredor, esse excesso era reconhecido em resultados pelo período de tempo médio remanescente de serviço dos colaboradores no activo abrangidos pelo plano.

A partir de 1 Janeiro de 2011 os GPA passaram a ser reconhecidos na rubrica de “resultados transitados” em capital próprio, e apresentados na Demonstração de Rendimento Integral. Esta alteração foi efectuada retrospectivamente, sendo que no entanto, considerando a imaterialidade dos impactos, optou-se por não efectuar a reexpressão dos valores comparativos das presentes demonstrações financeiras (31-Dez-10), a qual teria os seguintes impactos:

	Activo	Capital Próprio		Total
		Resultado do exercício	Outras reservas e resultados transitados	
Ajustamentos (notas 15, 21 e 30)				
Reclassificação dos ganhos (e perdas) actuariais acumulados				
Dentro do corredor	87 709	-	87 709	87 709
Fora do corredor	(119 786)	-	(119 786)	(119 786)
Perdas actuariais fora do corredor amortizados	-	5 445	(5 445)	-
Total de ajustamentos	(32 077)	5 445	(37 522)	(32 077)
Total do balanço em 31 de Dezembro de 2010	1 511 095 420	2 807 458	5 165 706	7 973 164
Peso dos ajustamentos no total do balanço	0,0%	0,2%	-0,7%	-0,4%

Os acréscimos de responsabilidades com serviços passados, nomeadamente os decorrentes da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada são reconhecidos como custos em resultados no período em que ocorrem.

Adicionalmente, o Aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal obriga a um financiamento integral das responsabilidades com pensões em pagamento e a um nível de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de colaboradores no activo.

O Banco não adoptou o regime transitório estabelecido pelo Aviso n.º 4/2005, do Banco de Portugal, que permitia o diferimento dos impactos decorrentes da adopção da IAS 19 – Benefícios aos empregados, tendo reconhecido os mesmos em resultados transitados, de acordo com o previsto nas IFRS.

Os custos com pessoal do Banco incluem os seguintes custos relativos a responsabilidades por pensões de reforma:

- custo do serviço corrente (custo do ano);
- custo dos juros da totalidade das responsabilidades; e
- rendimento esperado do fundo de pensões;

Tal como indicado no quadro anterior, no exercício de 2010, foram ainda reconhecidos em custos com pessoal encargos com a amortização de desvios actuariais fora do corredor.

2.10.2 Outros benefícios de longo prazo

Nos termos da cláusula 150 do ACTV, o Banco assumiu a responsabilidade de atribuir aos seus Colaboradores que se encontrem abrangidos neste regime e se encontrem no activo, no ano em que completem 15, 25 e 30 anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respectivamente a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva.

Por outro lado, na data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

O Banco determina anualmente o valor actual das responsabilidades passadas com prémios de antiguidade através de avaliações efectuadas por actuários qualificados e independentes utilizando o método de “*Project Unit Credit*”. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) utilizados têm por base expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e uma tábua de mortalidade que se adequa à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas com baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Estes pressupostos são iguais aos utilizados no cálculo da responsabilidade por pensões de reforma.

Contabilisticamente, o Banco regista o montante das responsabilidades apuradas como um encargo a pagar (nota 20) por contrapartida de resultados do exercício. Os pagamentos efectuados ao trabalhador abatem ao valor de provisão constituída.

Os custos com pessoal do Banco incluem os seguintes custos relativos a responsabilidades por prémios de antiguidade:

- custo do serviço corrente (custo do ano);
- custo dos juros; e
- ganhos e perdas resultantes de desvios actuariais (reconhecidos integralmente em resultados no exercício em que são originados).

2.10.3 Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (vencimentos e encargos com vencimentos) são registados pelo valor não descontado em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

2.11 Provisões e passivos contingentes (IAS 37)

Uma provisão deve ser reconhecida quando se verifique i) uma obrigação presente (legal ou construtiva) ii) resultante de um acontecimento passado, relativamente à qual se verifique iii) uma forte probabilidade de se efectuar um dispêndio de recursos e que seja iv) quantificável de um modo fiável.

Quando não seja provável a ocorrência de um dispêndio de recursos, ou a estimativa da quantia da obrigação não possa ser apurada de forma fiável, estamos perante um passivo contingente, que apenas deve ser sujeito a divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrência.

2.12 Activos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os activos recebidos em dação por recuperação de créditos, que podem corresponder a imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação, são classificados na rubrica de “Outros activos” e são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos assim determinadas são registadas em resultados. São obtidas avaliações regulares, que dão lugar a perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao valor contabilístico.

As mais-valias potenciais em activos recebidos em dação por recuperação de crédito não são reconhecidas em balanço.

3. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Caixa	193 539	278 076
Depósitos à ordem do Banco de Portugal	42 562 872	44 978 425
	42 756 411	45 256 501

A rubrica de Depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais ("SEBC"). Estes depósitos são remunerados à taxa de referência definida pelo Banco Central Europeu ("BCE") para as operações principais de refinanciamento.

4. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	1 395 902	6 536 374
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	83 006 241	17 657 781
Cheques a cobrar	50 759	2 641
	84 452 902	24 196 796

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos, os quais, em regra, são cobrados nos primeiros dias úteis seguintes.

5. Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Nestas rubricas encontram-se registados o justo valor positivo e negativo de instrumentos derivados negociados com clientes e outras instituições de crédito.

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Instrumentos financeiros detidos para negociação				
Swaps cambiais	1 015 610	-	1 051 457	(153 537)
Currency Interest Rate Swaps	21 321	-	60 026	-
	1 036 931	-	1 111 483	(153 537)

Nestas rubricas verifica-se o registo de operações com instrumentos financeiros que apesar de se encontrarem classificadas como de negociação nos termos da IAS 39, muitas das operações têm natureza de cobertura económica de acordo com a política do Banco de gestão de riscos cambiais e de risco de liquidez.

O resultado com estas operações apresenta-se na rubrica “Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados” (nota 24).

Apresentam-se em seguida os respectivos valores nominais:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Swaps cambiais – compra	19 746 464	24 500 000
Swaps cambiais - venda	19 734 678	24 639 070
Currency Interest Rate Swaps - a receber	4 500 000	4 500 000
Currency Interest Rate Swaps - a pagar	4 245 769	4 111 361
	48 226 911	57 750 431

6. Outros activos e passivos financeiros ao justo valor via resultados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados				
Fundos de investimento				
Não residente	7 058 624	-	7 501 713	-
	7 058 624	-	7 501 713	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados				
Recursos financeiros obtidos estruturados	-	(7 058 624)	-	(7 501 713)
	-	(7 058 624)	-	(7 501 713)

Na rubrica de “Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados” o recurso financeiro apresentado encontra-se relacionado e caucionando na totalidade ao activo subjacente indicado no quadro.

7. Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Instrumentos de capital		
Valorizados ao custo histórico		
Residente	353 365	353 365
Não residente	844 690	760 220
Valorizados ao justo valor		
Residente		
Valor antes de Imparidade acumulada	173 528	160 751
Imparidade acumulada (nota 18)	(118 239)	(70 923)
Instrumentos de dívida		
Valorizados ao justo valor		
Residente	1 066 330	1 407 500
Não residente	13 920 771	12 712 667
Juros a receber	113 242	103 098
Outros - fundos de investimento		
Valorizados ao justo valor		
Residente	755 569	755 741
Não residente		
Valor antes de Imparidade acumulada	4 347 555	4 543 196
Imparidade acumulada (nota 18)	(818 243)	(792 340)
	20 638 568	19 933 275
Provisões Risco-País (nota 18)	(1 279 079)	(1 206 961)
	19 359 489	18 726 314

No exercício de 2011 foram registados na rubrica de “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” dividendos recebidos e mais-valias com transacções referentes a instrumentos de capital e de dívida e participações em fundos de investimento no montante de Euros 295 607. Em 2010, o montante de Euros 423 293 corresponde apenas a dividendos recebidos e mais-valias com transacções referentes a instrumentos de capital e a participações em fundos de investimento.

8. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Aplicações em instituições de crédito no país		
Aplicações a muito curto prazo	-	104 774 735
Depósitos	1 045 675 864	986 326 598
Empréstimos	-	785 811
Aplicações subordinadas	1 159 286	1 122 586
Juros a receber	1 014 643	752 888
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	38 642 863	-
Depósitos	1 500 000	164 646 011
Empréstimos	1 893 500	17 801 377
Aplicações subordinadas	-	-
Outras aplicações	12 918 978	6 338 605
Juros a receber	4 771	228 484
Receitas com proveito diferido comissões	(118 836)	(68 007)
	1 102 691 069	1 282 709 088
Provisões Risco-País (nota 18)	(1 704 643)	-
	1 100 986 426	1 282 709 088

O montante correspondente a “Aplicações subordinadas” constitui um depósito caução (nota 29). O valor apresentado 31 de Dezembro de 2011 refere-se a uma representação directa de outra instituição da participação do BAIE no sistema de pagamentos SEPA. As “Aplicações a muito curto prazo” têm um prazo máximo de vencimento de 2 dias úteis.

9. Crédito a clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Crédito não titulado		
Interno		
Empréstimos	53 690 154	40 356 525
Créditos em conta corrente	8 313 969	10 067 282
Descobertos em depósitos à ordem	1 741 808	3 117 655
Externo		
Empréstimos	51 105 134	49 832 377
Descobertos em depósitos à ordem	9 814 378	9 835 540
Juros a receber	494 476	336 281
Comissões mensuralizadas	(411 709)	(385 446)
Crédito e juros vencidos	3 022 725	3 614 830
	127 770 935	116 775 044
Provisões para crédito		
Risco-país	(718 945)	(3 333 386)
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido	(3 595 857)	(2 159 538)
	123 456 133	111 282 120

Os movimentos ocorridos nas provisões durante os exercícios de 2011 e 2010 são apresentados na nota 18.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido, apresentam um nível de provisionamento acima do mínimo exigido pelo Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal de Euros 1 039 530 e de Euros 844 746, respectivamente.

Os créditos concedidos a clientes cujos termos tenham sido renegociados, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos, após reforço de garantias ou pagamento integral dos juros e outros encargos vencidos. Nem todos créditos renegociados estariam na sua totalidade vencidos à data de referência se a renegociação não tivesse ocorrido. Os procedimentos de reestruturação incluem: alargamento das condições iniciais de pagamento, alteração e diferimento dos pagamentos inicialmente previstos e reforço de colaterais. As práticas e políticas de reestruturação são baseadas em critérios que, do ponto de vista da gestão do Banco, indicam que os pagamentos têm elevada probabilidade de continuar a ocorrer.

Em 31 de Dezembro de 2011 as operações de crédito na carteira cujos termos e condições já tenham sido objecto de renegociação no âmbito de uma reestruturação e que, caso contrário, estariam vencidos ascendem a Euros 11 939 286 (31 de Dezembro de 2010: Euros 12 050 381). Todavia, estas operações não são consideradas créditos reestruturados nos termos definidos pela Instrução do Banco de Portugal n.º 22/2011.¹

¹ De acordo com a Instrução do Banco de Portugal n.22/2011, o conceito de créditos reestruturados corresponde aos créditos cujos pagamentos de capital ou juros, tendo estado vencidos por um período igual ou superior a 90 dias, tenham sido capitalizados, refinanciados ou postecipada a sua data de pagamento, sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas (devendo estas ser suficientes para cobrir o valor total do capital e juros em dívida) ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos.

Em 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica apresenta a seguinte estrutura por indústria:

	31-Dez-11		31-Dez-10	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	200 000	0,2%	2 279 374	2,0%
Pasta de papel	45 551	0,0%	-	0,0%
Indústria de couro, madeira e cortiça	-	0,0%	201 752	0,2%
Indústrias metalúrgicas	3 122 297	2,4%	3 290 427	2,8%
Máquinas e equipamentos	494 586	0,4%	-	0,0%
Construção	21 525 164	16,9%	27 549 696	23,6%
Comércio e reparações	8 267 635	6,5%	10 661 492	9,1%
Transportes e armazenagem	-	0,0%	8 946 045	7,7%
Alojamento, restauração e similares	12 381 173	9,7%	12 666 517	10,8%
Actividades financeiras e de seguros	56 102 847	43,9%	12 209 957	10,5%
Actividades imobiliárias	5 240 845	4,1%	13 634 944	11,7%
Outros serviços empresariais	15 577 756	12,2%	17 870 753	15,3%
Educação, saúde e apoio social	535 625	0,4%	1 038 549	0,9%
Outras actividades e Particulares	4 194 689	3,3%	6 474 703	5,5%
	127 688 168	100,0%	116 824 209	100,1%

Nota: inclui crédito e juros vencidos, não incluindo juros a receber, e comissões mensualizadas

10. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Títulos emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública portuguesa	54 502 370	1 493 220
De outros emissores públicos nacionais	6 986 335	1 000 000
De outros residentes		
Dívida não subordinada	16 649 465	13 647 807
Títulos emitidos por não residentes		
De outros não residentes		
Dívida não subordinada	2 277 807	-
Dívida subordinada	187 820	187 820
Juros a receber	76 268	43 373
Juros pré-pagos	(606 698)	(1 198)
	80 073 367	16 371 022
Provisões Risco-país (nota 18)	(46 955)	-
	80 026 412	16 371 022

Parte dos títulos de dívida pública portuguesa encontram-se penhorados a favor do Banco de Portugal (BdeP) e do Fundo de Garantia de Depósitos (FGD), (nota 29) para efeitos de garantia da linha de crédito intradiário disponibilizado pelo BdeP através do Sistema de Pagamentos Target2-PT; e de substituição de parte da obrigação de pagamento da contribuição anual ao FGD através de prestação de compromisso irrevogável.

11. Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2011 foi o seguinte:

	31-Dez-10				31-Dez-11					
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Trasferências (Valor líquido)	Abates (Valor líquido)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Imóveis em uso										
Obras em imóveis arrendados	212 836	(135 870)	76 966	-	(8 360)	-	-	212 836	(144 230)	68 606
Equipamento										
Mobiliário e material	188 997	(179 630)	9 367	407	(2 084)	-	-	189 404	(181 714)	7 690
Máquinas e ferramentas	24 635	(23 373)	1 262	-	(580)	-	-	24 635	(23 953)	682
Equipamento informático	475 347	(424 120)	51 227	10 797	(31 385)	-	-	486 143	(455 504)	30 639
Instalações interiores	205 589	(176 971)	28 618	4 579	(7 920)	-	-	210 168	(184 891)	25 277
Equipamento de segurança	81 026	(72 157)	8 869	-	(5 461)	-	-	81 026	(77 618)	3 408
Outros equipamentos	5 209	(4 430)	779	-	(212)	-	-	5 209	(4 642)	567
Activos tangíveis em curso	192 685	-	192 685	12 271	-	-	-	204 956	-	204 956
	1 386 324	(1 016 551)	369 773	28 054	(56 002)	-	-	1 414 377	(1 072 552)	341 825

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2010 foi o seguinte:

	31-Dez-09				31-Dez-10					
	Valor bruto	Amortiza- ções e imparidade acumuladas	Valor líquido	Aquisi- ções	Amortiza- ções do exercício	Trasnsferên- cias (Valor líquido)	Abates (Valor líquido)	Valor bruto	Amortiza- ções e imparidade acumuladas	Valor líquido
Imóveis em uso										
Obras em imóveis arrendados	212 836	(127 510)	85 326	-	(8 360)	-	-	212 836	(135 870)	76 966
Equipamento										
Mobiliário e material	185 955	(172 219)	13 736	3 042	(7 411)	-	-	188 997	(179 630)	9 367
Máquinas e ferramentas	24 635	(22 793)	1 842	-	(792)	-	-	24 635	(23 373)	1 262
Equipamento informático	447 900	(391 331)	56 569	27 447	(32 789)	-	-	475 347	(424 120)	51 227
Instalações interiores	196 722	(168 220)	28 502	8 867	(8 751)	-	-	205 589	(176 971)	28 618
Equipamento de segurança	81 026	(65 993)	15 033	-	(6 164)	-	-	81 026	(72 157)	8 869
Outros equipamentos	5 209	(4 218)	991	-	-	-	-	5 209	(4 430)	779
Activos tangíveis em curso	-	-	-	192 685	-	-	-	192 685	-	192 685
	1 154 283	(952 284)	201 999	232 041	(64 267)	-	-	1 386 324	(1 016 551)	369 773

12. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2011 foi o seguinte:

	31-Dez-10				31-Dez-11					
	Valor bruto	Amortiza- ções e imparidade acumuladas	Valor líquido	Aquisi- ções	Amortiza- ções do exercício	Trasnsferên- cias (Valor líquido)	Abates (Valor líquido)	Valor bruto	Amortiza- ções e imparidade acumuladas	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	701 627	(638 967)	62 660	-	(40 472)	4 172	-	705 800	(679 440)	26 360
Activos intangíveis em curso	172 225	-	172 225	13 001	-	(4 173)	-	181 053	-	181 053
	873 852	(638 967)	234 885	13 001	(40 472)	-	-	886 853	(679 440)	207 413

O movimento ocorrido nesta rubrica no decorrer do exercício de 2010 foi o seguinte:

	31-Dez-09			Aquisições	Amortizações do exercício	Trasferências (Valor líquido)	Abates (Valor líquido)	31-Dez-10		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido					Valor bruto	Amortizações e imparidade acumuladas	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	650 949	(590 208)	60 741	22 577	(48 759)	28 101	-	701 627	(638 967)	62 660
Activos intangíveis em curso	32 274	-	32 274	168 052	-	(28 101)	-	172 225	-	172 225
	683 223	(590 208)	93 015	190 629	(48 759)	-	-	873 852	(638 967)	234 885

13. Investimentos em filiais e associadas

Nesta rubrica encontra-se registado o valor correspondente à participação financeira numa empresa associada, Founton, Ltd (nota 2.8), o qual se resume como segue:

Participação efectiva (%)	Valor balanço BAIE (a)	Custo de aquisição em USD	Impacto da aplicação método de equivalência patrimonial (b) (c)	
			Em reservas de reavaliação	No resultado líquido
17,0%	948 469	834 937	2 597 184	70 388

(a): Taxa de conversão EUR/USD é de 0,8803 referente a taxa fixing histórica à data de aquisição em Novembro de 2001.

(b) Taxa de conversão EUR/USD utilizada é de 1,2939 que corresponde à taxa fixing com referência a 31 de Dezembro de 2011.

(c) Valores apurados com base nas demonstrações financeiras da empresa participada com referência a 31 de Dezembro de 2011.

Com base numa estimativa para apuramento do justo valor da participação financeira efectuada pelo Conselho de Administração do Banco com referência a 31 de Dezembro de 2011, utilizando para o efeito informação financeira da empresa e o modelo de projecção de *cash flows* descontados, concluiu-se que o justo valor é superior ao valor de balanço, não existindo portanto qualquer evidência de imparidade ou necessidade de registar qualquer perda para esse efeito em relação ao montante do investimento reconhecido em balanço.

A 31 de Dezembro de 2011 os saldos em aberto nas demonstrações financeiras do Banco com a empresa participada encontram-se apresentados na nota 31.

14. Activos e Passivos por impostos

Estas rubricas têm a seguinte composição (nota 28):

	31-Dez-11	31-Dez-10
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	-	318 875
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Em passivos	795 707	508 641
	795 707	827 516
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	(910 912)	-
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Em activos	(84 208)	(158 086)
	(995 120)	(158 086)

15. Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Devedores e outras aplicações		
Sector público administrativo		
IVA a recuperar	70 857	67 445
Outros	426 229	556
Outros devedores diversos	14 919	3 064
Activos resultantes de dações em cumprimento		
Imóveis	1 787 988	1 259 054
Imparidade acumulada	(485 699)	(67 604)
Créditos por suprimentos		
Suprimentos	190 000	95 000
Juros	6 684	1 670
Outros rendimentos a receber		
Créditos documentários	5 898	-
Despesas com encargo diferido		
Com operações activas		
Com instituições de crédito	528	1 721
Seguros	32 648	20 242
Outros custos administrativos	169 290	15 646
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Pensões de reforma (notas 2.10.1, 21 e 30)		
Responsabilidades por serviços passados	(1 328 359)	(1 305 260)
Valor patrimonial do fundo de pensões	1 404 498	1 455 629
Desvios actuariais	-	32 077
Pós-emprego com cuidados médicos	(55 877)	(51 880)
Operações activas a regularizar	-	32 380
	2 239 604	1 559 740

16. Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Recursos de outros bancos centrais		
à ordem	38 863 493	84 982
a prazo	600 570 680	1 133 918 911
juros a pagar	577 273	647 380
	640 011 446	1 134 651 273
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
à ordem	32 208 723	18 813 056
a muito curto prazo	-	67 355 186
a prazo	659 079 836	141 841 730
juros a pagar	474 632	266 099
	691 763 191	228 276 071
	1 331 774 637	1 362 927 344

O montante correspondente a Euros 46 249 749 (2010 – Euros 31 826 972) do valor total da rubrica de “Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – A prazo”, encontra-se a contra-garantir responsabilidades com operações de crédito sobre clientes e de aplicações em instituições de crédito.

17. Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Depósitos à ordem		
De outros residentes	9 277 107	8 189 485
De não residentes	22 934 412	40 441 250
Depósitos a prazo		
De outros residentes	7 960 738	9 460 804
De não residentes	24 263 778	27 328 924
Outros recursos	327 546	-
Juros a pagar	104 417	77 867
	64 867 998	85 498 330

O montante correspondente a Euros 2 163 522 (2010 – Euros 2 158 042) do valor total da rubrica de “Recursos de clientes e outros empréstimos”, encontra-se a contra-garantir responsabilidades com operações de crédito sobre clientes e linhas de crédito irrevogáveis.

18. Provisões e imparidade

O movimento ocorrido nestas rubricas no decorrer do exercício de 2011 foi o seguinte:

	31-Dez-10					31-Dez-11
	Saldo inicial	Reforços	Reposições /Reversões	Recuperações /(Utilizações)	Diferenças cambiais	Saldo final
Activos financeiros disponíveis para venda						
Risco-país (nota 7)	1 206 961	296 201	(224 083)	-	-	1 279 079
Aplicações em instituições de crédito						
Risco-país (nota 8)	-	1 704 643	-	-	-	1 704 643
Crédito a clientes (nota 9)						
Crédito de cobrança duvidosa	936 786	501 948	(365 702)	-	-	1 073 032
Crédito vencido	1 222 753	1 526 463	(346 390)	120 000	-	2 522 826
Risco-país	3 333 386	405 313	(3 019 755)	-	-	718 944
Investimentos detidos até à maturidade						
Risco-país (nota 10)	-	46 955	-	-	-	46 955
	6 699 886	4 481 523	(3 955 930)	120 000	-	7 345 479
Activos financeiros disponíveis para venda						
Imparidade (nota 7)	863 263	47 316	-	-	25 903	936 482
Outros activos						
Imparidade (nota 15)	67 604	418 095	-	-	-	485 699
	930 867	465 411	-	-	25 903	1 422 181
Riscos gerais de crédito						
Credito concedido	618 503	238 612	(130 637)	-	-	726 478
Credito por assinatura	53 677	159 145	(130 982)	-	-	81 840
	672 180	397 757	(261 619)	-	-	808 318
	8 302 933	5 344 691	(4 217 549)	120 000	25 903	9 575 978

O movimento ocorrido nestas rubricas no decorrer do exercício de 2010 foi a seguinte:

	30-Dez-09					31-Dez-10
	Saldo inicial	Reforços	Reposições /Reversões	Recuperações /(Utilizações)	Diferenças cambiais	Saldo final
Activos financeiros disponíveis para venda						
Risco-país (nota 7)	832 986	583 685	(209 710)	-	-	1 206 961
Crédito a clientes (nota 9)						
Crédito de cobrança duvidosa	718 346	455 530	(237 090)	-	-	936 786
Crédito vencido	48 692	1 289 040	(114 979)	-	-	1 222 753
Risco-país	2 708 634	2 047 446	(1 422 695)	-	-	3 333 385
Investimentos detidos até à maturidade						
Risco-país (nota 10)	-	-	-	-	-	-
	4 308 658	4 375 701	(1 984 474)	-	-	6 699 885
Activos financeiros disponíveis para venda						
Imparidade (nota 7)	805 842	-	-	-	57 421	863 263
Outros activos						
Imparidade (nota 13)	-	98.338	(30.734)	-	-	67 604
	805 842	98 338	(30 734)	-	57 421	930 867
Riscos gerais de crédito						
Credito concedido	670 343	364 773	(416 614)	-	-	618 503
Credito por assinatura	294 222	201 674	(442 218)	-	-	53 677
	964 565	566 447	(858 832)	-	-	672 180
	6 079 065	5 040 486	(2 874 040)	-	57 421	8 302 932

19. Outros passivos subordinados

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Dívida titulada emitida	4 500 000	4 500 000
Juros a pagar	327	280
	4 500 327	4 500 280

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor correspondente à dívida titulada emitida consiste na emissão de obrigações de caixa subordinadas, apresentando as seguintes características técnicas:

Emitente: Banco BAI Europa, S.A.
Modalidade: Emissão de obrigações de caixa subordinadas.
Data de emissão: 30 de Junho de 2004.
Data de vencimento: 8 anos, a contar da data de emissão.
Subordinação do: Em caso de falência ou liquidação do emitente, o reembolso das obrigações, bem como o pagamento de juros, ficam subordinados ao prévio reembolso de todos os demais créditos não subordinados sobre o emitente, tendo, todavia, os respectivos detentores prioridade sobre os accionistas da sociedade emitente.

Fundos próprios: Considerado para efeitos de fundos próprios complementares ("lower tier 2"), dentro dos limites estabelecidos no Aviso n.º 6/2010 de 30 de Dezembro, de acordo com autorização expressa do Banco de Portugal.

20. Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo		
Retenção de impostos na fonte	69 416	60 155
Contribuições para a segurança social	29 334	19 075
Cobranças por conta de terceiros	724	692
Contribuições para outros sistemas de saúde	6 172	6 198
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens	(1 525)	(3 010)
Outros credores	(56)	(90)
Despesas com encargos a pagar		
Por gastos com pessoal		
Encargos com férias e outros subsídios	282 474	233 665
Outros encargos a pagar	67 716	73 717
Receitas com rendimento diferido		
De garantias prestadas (nota 29)	1 542	4 048
De créditos documentários (nota 29)	61 912	22 382
Outros (nota 29)	9 661	9 355
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (nota 30)		
Benefícios de longo prazo - prémios de antiguidade	62 808	53 794
Operações activas a regularizar	236 202	-
	826 380	479 981

21. Capital próprio

	31-Dez-11	31-Dez-10
Capital realizado	40 000 000	40 000 000
Reservas de reavaliação		
De activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida (nota 7)	(348 749)	27 112
Instrumentos de capital (nota 7)	-	(12 775)
Outros (nota 7)	1 484 758	1 374 554
Reservas por impostos diferidos (nota 28)		
Por diferenças temporárias		
De activos financeiros disponíveis para venda	(84 208)	(158 086)
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	1 654 003	1 092 511
Resultados transitados		
Aprovados	5 488 898	3 242 931
Alterações políticas contabilísticas		
Ajustamentos de transição IFRS1 - NCA	830 264	830 264
Eliminação regra corredor IAS 19	14 503	-
Ganhos e perdas actuariais acumulados (notas 2.10.1, 15, 21 e 30)	(123 509)	-
Resultado do exercício	3 918 982	2 807 458
	52 834 942	49 203 969

O capital, totalmente subscrito e realizado, encontra-se representado por 8.000.000 acções, escriturais e nominativas, com o valor nominal de Euros 5 cada. A 31 de Dezembro de 2011, o BAI - instituição de crédito residente em Angola, detém 99,99% do capital do Banco. Nos termos definidos no art. 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/91, de 31 de Dezembro e respectivas alterações subsequentes, o Banco deve dispor uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de reserva legal, até ao limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados se superior.

Tal como indicado na nota 2.10.1, em 1 de Janeiro de 2011, o Banco procedeu à alteração da política contabilística de mensuração dos ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais (ganhos e perdas actuariais ou GPA).

Até 31 de Dezembro de 2010 os GPA eram diferidos numa rubrica de activo ou passivo (notas 15 e 20) pela aplicação da regra do “corredor” nos termos da IAS 19. A partir de 1 Janeiro de 2011 os GPA passaram a ser reconhecidos na rubrica de “resultados transitados” em capital próprio, e apresentados na Demonstração de Rendimento Integral. Esta alteração foi efectuada retrospectivamente, sendo que no entanto, considerando a imaterialidade dos impactos, optou-se por não efectuar a reexpressão dos valores comparativos das presentes demonstrações financeiras (31-Dez-10), a qual teria os seguintes impactos:

	Activo	Capital Próprio			Total
		Resultado do exercício	Outras reservas e resultados transitados		
			Ganhos e perdas actuariais acumulados	Alterações políticas contabilísticas	
Ajustamentos (notas 2.10.1,15 e 30)					
Reclassificação dos ganhos (e perdas) actuariais acumulados					
Dentro do corredor	87 709	-	87 709	-	87 709
Fora do corredor	(119 786)	-	(119 786)	-	(119 786)
Perdas actuariais fora do corredor amortizados no exercício	-	(5 445)	(5 445)	-	(10 890)
Reclassificação dos ganhos e perdas actuariais fora do corredor amortizadas em exercicios anteriores	-	-	(9 058)	9 058	-
Total de ajustamentos	(32 077)	(5 445)	(46 580)	9 058	(42 967)

22. Margem financeira

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Juros e rendimentos similares em:		
Aplicações em instituições de crédito	15 367 454	10 672 004
Crédito a clientes	3 204 428	2 585 839
Investimentos detidos até à maturidade	2 946 368	251 336
Activos disponíveis para venda	889 558	520 343
Outros activos	19 037	1 670
Comissões recebidas ao custo amortizado em:		
Aplicações em instituições de crédito	63 865	209 343
	22 490 710	14 240 535
Juros e gastos similares de:		
Recursos de instituições financeiras	(13 549 684)	(7 680 970)
Recursos de clientes	(413 349)	(335 719)
Passivos subordinados	(114 371)	(91 900)
Comissões pagas ao custo amortizado de:		
Recursos de instituições financeiras	(1 131)	(1 090)
Crédito a clientes	(115 936)	-
	(14 194 471)	(8 109 679)
Margem financeira	8 296 239	6 130 856

23. Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Rendimentos de serviços e comissões:		
Por garantias prestadas	190 895	956 936
Por compromissos assumidos perante terceiros	-	52 171
Por serviços prestados	1 176 455	896 511
Outras comissões recebidas	-	50
	1 367 350	1 905 668
Encargos com serviços e comissões		
Por garantias recebidas	-	-
Por serviços prestados por terceiros	(127 477)	(38 811)
Por operações realizadas por terceiros	(1 462)	(25 500)
	(128 939)	(64 311)
	1 238 411	1 841 357

24. Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

Estas rubricas têm a seguinte composição (notas 5 e 6):

	31-Dez-11	31-Dez-10
Swaps	(62 539)	5 408
Futuros e outras operações a prazo	-	(1 884)
	(62 539)	3 524

25. Outros resultados de exploração

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços diversos	43 485	257 324
Outros proveitos de exploração	26 143	604
	69 628	257 928
Outros custos de exploração		
Quotizações	(53 126)	(7 580)
Contribuições para o Fundo Garantia de Depósitos	(22 871)	(30 744)
Impostos indirectos e taxas	(841 549)	(205 141)
Outros encargos e gastos operacionais	(11 019)	(18 989)
	(928 565)	(262 454)
	(858 937)	(4 526)

26. Custos com pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	(406 144)	(316 500)
Remuneração de empregados	(1 118 525)	(997 935)
Encargos sociais obrigatórios	(429 273)	(350 584)
Outros custos com pessoal	(18 152)	(17 708)
	(1 972 094)	(1 682 727)

O Banco não assume quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou sobrevivência, adiantamentos, créditos ou garantias de qualquer espécie para com os membros dos órgãos de gestão e de fiscalização.

O número de efectivos apresenta a seguinte estrutura:

	31-Dez-11		31-Dez-10	
	Média do período	Final do período	Média do período	Final do período
Administradores executivos	3	3	2	2
Quadros superiores	5	5	5	5
Outros quadros e colaboradores	21	22	20	21
	29	30	27	28

Para cumprimento da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, foi emitida uma declaração sobre a Política de Remuneração dos membros dos respectivos órgãos de administração e de fiscalização do Banco BAI Europa, a qual se apresenta em seguida:

Definição da Política

A política de remuneração do Banco foi definida, tendo em conta especificidades da instituição, nomeadamente a sua dimensão reduzida e a natureza simples e pouco complexa da sua actividade.

Administradores Executivos

A remuneração dos administradores executivos é determinada com base nas seguintes considerações:

- (i) as competências pessoais,
- (ii) o nível de responsabilidades das funções de cada um,
- (iii) o cargo que exerce no conselho de administração,
- (iv) o tempo de serviço no grupo.

A remuneração auferida por estes administradores não contempla uma componente variável.

A avaliação do desempenho dos administradores executivos do Banco compete à Assembleia-geral.

Não existem indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do Conselho de Administração relativamente à cessação das suas funções durante o presente ou anteriores exercícios.

Administradores Não Executivos

A remuneração auferida por estes administradores equivale a senhas de presença para as reuniões do Conselho de Administração, não contemplando uma componente variável. De notar que estes administradores são todos não residentes.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal são pagos através da atribuição de uma remuneração fixa, determinada em função do seu respectivo cargo no Conselho Fiscal e considerando a dimensão e complexidade da actividade da Instituição.

Remunerações anuais auferidas pelos membros dos órgãos sociais

	2011	2010
Administradores Executivos		
Ana Paula Alcobia Gray (Vice Presidente)	168 000	168 000
António Manuel Pinto Duarte (Administrador)	94 624	84 000
José Alberto Vasconcelos Tavares Moreira (Administrador, designação deliberada em 28 de Setembro 2010 e registo comercial averbado em 17 Março de 2011)	82 325	-
Administradores Não Executivos		
José Carlos de Castro Paiva (Presidente)	12 000	12 000
Manuel Domingos Vicente (Vice Presidente, em funções até 9 de Fevereiro de 2012, data de apresentação da sua renúncia)	12 000	12 000
José de Lima Massano (Administrador, em funções até 14 de Outubro de 2010 e registo comercial da cessação de funções averbado em 26 de Outubro de 2010)	-	10 000
Conselho Fiscal		
Henrique João Lucas Marçal (Presidente, designação deliberada em 24 de Maio de 2011 , registo comercial averbado em 26 de Julho de 2011)	5 903	-
João Eduardo Belchior Nunes (Ex-Presidente, em funções até 21 de Abril de 2011, registo comercial da cessação de funções averbado a 16 de Maio de 2011)	5 500	13 200
António Maria Veiga Anjos (Vogal)	9 600	9 600
José Augusto Viegas Severo (Vogal)	9 600	9 600
	399 552	318 400

27. Gastos gerais administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Serviços especializados	(634 612)	(592 053)
Rendas e alugueres	(349 832)	(324 177)
Comunicações	(203 617)	(143 523)
Conservação e reparação	(11 834)	(7 496)
Deslocações, estadas e representação	(25 188)	(52 273)
Água, energia e combustíveis	(31 775)	(26 759)
Material de consumo corrente	(17 759)	(18 760)
Publicações e publicidade	(8 040)	(11 515)
Formação de pessoal	(11 649)	(2 779)
Seguros	(9 833)	(9 090)
Outros	(2 641)	(2 326)
	(1 306 780)	(1 190 751)

Dando cumprimento à alínea b) do n.º 1 do artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se em seguida os honorários totais pelos serviços contratados durante o exercício com a sociedade de revisores oficiais de conta, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda:

	2011	2010
Revisão Legal de Contas anuais e Revisão Limitada das contas semestrais	49 000	49 000
Serviços de garantia e fiabilidade	11 000	11 000
	60 000	60 000

Os gastos suportados com estes serviços encontram-se registados na rubrica de "Serviços especializados".

28. Impostos sobre lucros

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante o exercício de 2011 foi o seguinte (nota 14):

	<u>31-Dez-10</u>			<u>31-Dez-11</u>
	<u>Saldo inicial</u>	Reservas	Resultados	<u>Saldo final</u>
Activos por imposto diferido				
Provisão para crédito	494 386	-	284 677	779 063
Prémio antiguidade ACTV	14 255	-	2 389	16 644
	508 641	-	287 066	795 707
Passivos por imposto diferido				
Activos financeiros disponíveis para venda	(158 086)	73.878	-	(84 208)
	(158 086)	73 878	-	(84 208)
	350 555	73 878	287 066	711 499

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante o exercício de 2010 foi o seguinte (nota 14):

	<u>31-Dez-09</u>			<u>31-Dez-10</u>
	<u>Saldo inicial</u>	Reservas	Resultados	<u>Saldo final</u>
Activos por imposto diferido				
Provisão para crédito	200 601	-	293 785	494 386
Prémio antiguidade ACTV	15 519	-	(1 264)	14 255
	216 120	-	292 521	508 641
Passivos por imposto diferido				
Activos financeiros disponíveis para venda	(24 832)	(133.254)	-	(158 086)
Ajustamentos transição NCA	(6 932)	-	6 932	-
	(31 764)	(133 254)	6 932	(158 086)
	184 356	(133 254)	299 452	350 555

Apresentamos em seguida os prazos de expectativa de recuperação dos activos e passivos por impostos diferidos:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Activos por impostos diferidos		
Em menos de 12 meses	-	494 386
Em mais de 12 meses	795 707	14 255
Passivos por impostos diferidos		
Em menos de 12 meses	-	-
Em mais de 12 meses	(84 208)	(158 086)
	711 499	350 555

A taxa nominal de imposto decompõe-se como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
IRC - Escalão superior	25,0%	25,0%
IRC - 1º Escalão	12,5%	12,5%
Derrama	1,5%	1,5%
Derrama estadual	2,5%	2,5%

A parte da matéria colectável, superior a EUR 12 500 , é dividida em duas partes: uma, igual ao limite do 1.º escalão, à qual se aplica a taxa correspondente e acima indicada; a outra, igual ao excedente, a que se aplica a taxa do escalão superior.

A Derrama estadual é uma taxa adicional apenas aplicável à parte do lucro tributável superior a EUR 2 000 000.

No exercício de 2011 e 2010, o encargo com impostos sobre lucros reconhecido em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o lucro do exercício antes daquela dotação, são apresentados em seguida:

	2011	2010
Impostos correntes		
Do exercício	(2 223 996)	(1 580 630)
Correcções de impostos de exercícios anteriores	(5 521)	(133 637)
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	287 067	299 452
Total dos impostos em resultados	(1 942 450)	(1 414 815)
Resultado antes de impostos	5 861 432	4 222 273
Carga fiscal	33,1%	33,5%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada no exercício de 2011 e 2010 é apresentada em seguida:

	2011		2010	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		5 861 432		4 222 273
Imposto apurado com base na taxa nominal - 1º Escalão	-12,5%	(1 563)	-12,5%	(1 563)
Imposto apurado com base na taxa nominal - Escalão superior	-25,0%	(1 462 232)	-25,0%	(1 052 442)
Ajustamentos ao lucro contabilístico:				
Ajustamentos transição NCA	0,0%	-	-0,2%	(6 539)
Variação de menos valias latentes de AFDV	0,0%	-	-1,8%	(74 588)
Contribuição extraordinária para o sector bancário	-2,7%	(156 925)	0,0%	-
Provisões e imparidades	-5,2%	(302 598)	-4,8%	(204 059)
Outros proveitos e custos tributáveis	-0,1%	(8 757)	-0,2%	(8 317)
Pensões de reforma e outros benefícios	0,0%	(762)	0,3%	12 497
Resultados de sociedade em regime transparência fiscal	-0,3%	(19 846)	-1,5%	(64 899)
Benefícios fiscais	0,1%	4 055	0,0%	1 251
Eliminação dupla tributação internacional	0,0%	1 867		
Tributação autónoma e derrama	-4,7%	(277 234)	-4,3%	(181 972)
Correcções de impostos de exercícios anteriores		(5 521)		(133 637)
Impostos diferidos:				
Provisão para crédito	4,9%	284 677	7,0%	293 785
Prémio antiguidade ACTV	0,0%	2 389	0,0%	(1 264)
Ajustamentos de transição NCA	0,0%	-	0,2%	6 932
	33,1%	(1 942 450)	33,5%	(1 414 815)

29. Rubricas extrapatrimoniais

Os passivos e activos contingentes encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Passivos eventuais		
Garantias e avales	393 611	1 259 906
Créditos documentários abertos	29 588 247	10 016 556
Activos dados em garantia (notas 8 e 10)	2 445 524	2 013 993
Fianças	500	500
Compromissos perante terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	10 867 937	8 555 107
Outros	1 288 095	1 247 318
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores	2 747 155	2 747 091
De cobrança de valores	50 759	1 473 950
Compromissos assumidos por terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	41 713 347	38 219 548
Garantias recebidas (notas 16 e 17)	112 714 689	108 347 405
	201 809 864	173 881 374

A rubrica correspondente a “Compromissos perante terceiros – Linhas de crédito irrevogáveis” diz respeito a linhas de crédito concedidas irrevogavelmente a clientes que não se encontram a ser utilizadas.

O valor apresentado na rubrica “Compromissos assumidos por terceiros – Linhas de crédito irrevogáveis” diz respeito a linhas de crédito concedidas a favor do Banco.

A rubrica de “Activos recebidos em garantia” apresenta em 31 de Dezembro de 2011 a seguinte decomposição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Depósitos caução (notas 16 e 17)	57 117 609	41 586 728
Penhor e caução de títulos	15 758 722	14 052 469
Hipoteca de imóveis e terrenos	9 494 965	11 398 341
Garantias reais de outros activos (nota 5)	12 101 143	15 861 628
Avales e outras garantias pessoais	18 242 250	25 448 239
	112 714 689	108 347 405

Os depósitos caução recebidos dizem respeito a depósitos a prazo constituídos junto do Banco ou de outras instituições do grupo BAI e encontram-se valorizados pelos respectivos montantes apresentados no balanço. As hipotecas de imóveis e terrenos encontram-se registadas pelo menor dos dois valores, o valor de avaliações efectuadas por técnicos especializados independentes, ou o valor do crédito associado. Os Penhores e as cauções de títulos de capital e de dívida referem-se a garantias recebidas para cobertura do risco de operações de crédito a clientes os quais se encontram valorizados ao valor nominal. Os avales e outras garantias pessoais dizem igualmente respeito a garantias recebidas para cobertura do risco de operações de crédito a clientes encontrando-se valorizados pelo valor da responsabilidade a cobrir que se encontra em aberto à data de referência.

30. Responsabilidade com pensões de reforma e de sobrevivência e outros benefícios de empregados pós-emprego e de longo prazo

Tal como descrito na nota 2.10, o Banco assume o compromisso de atribuir aos seus colaboradores abrangidos pelo ACTV ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice ou invalidez, de reforma antecipada ou de sobrevivência, nos termos acordados no âmbito do ACTV anexo ao contrato de adesão ao Fundo de pensões da PensõesGere - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Com a publicação do Decreto-Lei n.º1-A/2011, de 3 de Janeiro, os colaboradores abrangidos pelo ACTV que se encontravam em idade activa em 4 de Janeiro de 2011, passaram a ser abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social (RGSS), no que se refere ao benefício de reforma de velhice. Deste modo a partir dessa data, o plano de benefícios definido para os colaboradores abrangidos pelo ACTV no que se refere ao benefício de reforma de velhice, passa a ser financiado pelo Fundo de Pensões, para as responsabilidades por serviços passados até essa data, e pela Segurança Social, para as responsabilidades por serviços passados a partir dessa data. Mantém-se no entanto como responsabilidade do Fundo de Pensões após 4 de Janeiro de 2011, a cobertura das responsabilidades por morte e invalidez, sobrevivência, bem como o complemento de velhice de modo a equiparar a reforma dos participantes no Fundo de Pensões aos valores do actual plano de pensões.

A determinação do montante das responsabilidades por serviços passados de colaboradores do Banco, é efectuada em conformidade com o estabelecido na IAS 19.

A PensõesGere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade a quem compete a responsabilidade de elaborar as avaliações actuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, bem como a de gerir o fundo de pensões.

O método de valorização actuarial utilizado é o *Projected unit credit*.

Em 31 de Dezembro de 2011 os colaboradores e pensionistas beneficiários de plano de pensões financiados pelo fundo de pensões são em número de:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Colaboradores - população activa	10	10
Pensionistas	1	1
Reformados por velhice	1	1
Ex-participantes	22	22

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades por pensões são:

	Pressupostos		Verificados	
	31-Dez-11	31-Dez-10	31-Dez-11	31-Dez-10
Hipóteses financeiras verificadas:				
Taxa de rendimento do Fundo	5,00%	5,00%	-2,27%	1,20%
Taxa de crescimento salarial	3,00%	3,00%	1,12%	2,80%
Taxa técnica de juro	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%	2,00%	0,00%	1,00%
Hipóteses demográficas verificadas:				
Tábua de mortalidade	TV88/90	TV88/90	-	-
Tábua de invalidez	SuisseRe	SuisseRe	-	-
Idade normal de reforma	65 anos	65 anos	-	-
Percentagem de casados	80,00%	80,00%	-	-

No âmbito do Plano de Pensões do ACTV, o estudo actuarial que serviu de base aos registos a 31 de Dezembro de 2011 contempla o período de serviço total na banca de todos os colaboradores ao serviço do BAIE nessa data. Relativamente à população composta pelos ex-participantes no fundo, o período considerado para efeito de cálculo de responsabilidades foi o tempo de serviço no BAIE.

Adicionalmente, o Banco reconhece as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com benefícios de empregados de longo prazo (prémio de antiguidade ACTV). O montante de responsabilidades com o SAMS e com os prémios de antiguidades é a seguinte:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Responsabilidades com serviços passados c/cuidados médicos - SAMS (nota 15)	55 877	51 880
Variação custo (ganho) do exercício	3 997	(3 758)
Responsabilidades com serviços passados c/prémio antiguidade - ACTV (nota 20)	62 808	53 794
Utilização provisão	-	-
Variação custo (ganho) do exercício	9 014	(4 769)

A cobertura das responsabilidades com invalidez e sobrevivência imediata de todos os colaboradores é efectuada, de forma irrevogável, através de um contrato de seguro de vida risco que apresenta a seguintes condições:

Seguradora:	Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.
Tomador do seguro:	Banco BAI Europa, S.A.
Duração do Contrato:	Contrato anual, sendo automaticamente renovado por períodos sucessivos de um ano no dia 1 de Janeiro de cada ano.
Grupo segurável:	Trabalhadores permanentes do tomador do seguro, que tenham idade actuarial inferior a 65 anos, que não se encontrem em baixa clínica à data de aceitação do risco pela seguradora, e que sejam aceites as respectivas propostas de adesão.
Beneficiários:	Fundo de Pensões Horizonte Valorização.

A cobertura financeira das responsabilidades por serviços passados é:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Responsabilidades totais passadas		
Responsabilidade de pensões em pagamento (a)	236 812	245 431
Responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo (b)	1 091 547	1 059 829
	1 328 359	1 305 260

A situação patrimonial do fundo de pensões é:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Situação patrimonial do fundo de pensões		
Saldo inicial	1 455 629	1 467 731
Ajuste ao saldo inicial	-	-
Rendimento do fundo de pensões (líquido)	(33 004)	2 484
Contribuições para o fundo de pensões	-	97 173
Pensões de reforma pagas pelo fundo de pensões	(5 298)	(5 298)
Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo de pensões	(12 829)	(12 829)
Outras variações líquidas	-	(93 633)
	1 404 498	1 455 629
Grau de cobertura	105,7%	111,5%
Nível mínimo de responsabilidades a cobrir [95% de (b) + 100% de (a)]	1 273 781	1 252 269
Valor necessário a transferir para o fundo de pensões	-	-

Para além do Plano de Pensões do ACTV, o BAIE concedeu aos seus trabalhadores uma pensão complementar até 30 de Junho de 2005, prevista no Plano Complementar ao ACTV. No âmbito deste plano, os trabalhadores vinculados nessa data têm direito a uma pensão complementar de reforma e sobrevivência, calculada em função do tempo de serviço prestado no BAIE e o salário auferido até essa mesma data. Considerando que de acordo com o Contrato de Adesão Colectiva estas responsabilidades deveriam encontrar-se transferidas para uma adesão individual ou para outro fundo de pensões que respeite a legislação em vigor, em 2010 efectuou-se a transferência das respectivas adesões individuais, que corresponde a EUR 93 633 conforme acima se identifica em “outras variações” da situação patrimonial do fundo de pensões.

Em 31 de Dezembro de 2011 as demonstrações financeiras registam os seguintes elementos relacionados com a cobertura de responsabilidades por pensões:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Responsabilidades totais		
Total de responsabilidades por pensões em pagamento	236 812	245 431
Total de responsabilidades por serviços passados	1 091 547	1 059 829
	1 328 359	1 305 260
Situação patrimonial do fundo de pensões (nota 15)	1 404 498	1 455 629
Provisão para responsabilidades com pensões de reforma (nota 15)	1 328 359	1 305 260
Responsabilidade não reconhecida	-	-
Corredor, maior dos dois valores:	Não aplicável	145 563
10% total de Responsabilidades Serviços Passados	Não aplicável	130 526
10% valor dos activos do Fundo de Pensões	Não aplicável	145 563
Desvios actuariais totais acumulados (nota 15 e 21):		
Ganhos (perdas) actuariais incluídas no corredor	-	87 709
Ganhos (perdas) actuariais fora do corredor	-	(119 786)
Ganhos (perdas) actuariais reconhecidos em resultados transitados	(123 509)	-
	(123 509)	(32 077)

Tal como indicado na nota 2.10.1, em 1 de Janeiro de 2011, o Banco procedeu à alteração da política contabilística de mensuração dos ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais (ganhos e perdas actuariais ou GPA).

Até 31 de Dezembro de 2010 os GPA eram diferidos numa rubrica de activo ou passivo (notas 15 e 20) pela aplicação da regra dos “corredor” nos termos da IAS 19. A partir de 1 Janeiro de 2011 os GPA passaram a ser reconhecidos na rubrica de “resultados transitados” em capital próprio, e apresentados na Demonstração de

Rendimento Integral. Esta alteração foi efectuada retrospectivamente, sendo que no entanto, considerando a imaterialidade dos impactos, optou-se por não efectuar a reexpressão dos valores comparativos das presentes demonstrações financeiras (31-Dez-10), a qual teria os impactos indicados nas notas 2.10.1 e 21.

Na composição dos activos do fundo de pensões não se encontra nenhum: i) activo que esteja a ser utilizado pelo Banco; e ii) título emitido pelo Banco. Os valores reflectidos nos custos com pessoal (nota 26) com responsabilidades com pensões de reforma do Banco no exercício de 2011 e de 2010 são os seguintes:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Montante de custos líquidos reconhecidos:		
Custo do serviço corrente	(3 011)	55 862
Custo dos juros	64 811	75 012
Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões	(64 500)	(77 586)
Contribuições de colaboradores	(7 260)	(7 793)
Sub-total	(9 960)	45 495
Amortização Ganhos (perdas) actuariais fora do corredor de anos anteriores	-	5 445
Total	(9 960)	50 940

O movimento ocorrido durante o exercício de 2011 e 2010, no valor actual das responsabilidades por serviços passados foi como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Responsabilidades no início do exercício	1 305 260	1 511 778
Custo do serviço corrente	(3 011)	55 862
Custo dos juros	64 811	75 012
Rendimento esperado dos activos do fundo de pensões	(64 500)	(77 586)
Perdas e (ganhos) actuariais reconhecidos no corredor (nota 15)	-	(150 531)
Perdas e (ganhos) actuariais reconhecidos em resultados transitados (nota 21)	76 929	-
Pensões de reforma pagas pelo fundo de pensões	(5 298)	(5 298)
Pensões de sobrevivência pagas pelo fundo de pensões	(12 829)	(12 828)
Rendimento líquido do fundo	(33 004)	2 484
Outras variações líquidas	-	(93.633)
Responsabilidades no final do exercício	1 328 359	1 305 260

Os desvios actuariais que ocorreram nos exercícios de 2011 e 2010 foram registados como segue:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Perdas e (ganhos) actuariais		
Relativos a diferenças entre os pressupostos e os valores realizados:	76 929	45 243
Relativos a alterações verificadas nos pressupostos e nas condições dos planos:		
Pressupostos demográficas	-	-
Metodologia	-	-
Pressupostos financeiros	-	(195 774)
Total	76 929	(150 531)
Perdas e (ganhos) actuariais		
Actuariais	(20 575)	(225 633)
Financeiras	97 504	75 102
Total	76 929	(150 531)

Em 31 de Dezembro 2011 e 2010 os elementos que compõem o valor do activo do Fundo de Pensões apresentam a seguinte composição:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Liquidez	15,17%	7,96%
Obrigações	60,39%	50,14%
Acções	21,10%	37,15%
Imobiliário e hedge funds	3,34%	4,75%
Total	100,00%	100,00%

31. Partes relacionadas

Nos termos da IAS 24, são consideradas partes relacionadas do BAIE as empresas controladas pelo grupo BAI, os Administradores das empresas do grupo BAI, a empresa associada e outras entidades com relação de influência significativa no BAIE.

Em 31 de Dezembro de 2011 o balanço, as rubricas extrapatrimoniais e a demonstração dos resultados do Banco incluem os seguintes saldos com entidades relacionadas:

	Associada	Órgãos sociais grupo BAI	Empresas do grupo BAI	Outras entidades relacionadas	Total
Activos					
Aplicações em instituições de crédito (nota 8)	-	-	6 199 599	-	6 199 599
Activos financeiros disponíveis para venda (nota 7)	-	-	-	353 365	353 365
Crédito a clientes (nota 9)	3 682 438	1 666 095	-	20 429 915	25 778 448
Investimentos detidos até à maturidade (nota 10)	-	-	188 343	-	188 343
Investimentos em filiais e associadas (nota 13)	948 469	-	-	-	948 469
Outros activos (nota 15)	-	-	-	200 184	200 184
Passivos					
Outros passivos fin. ao justo valor via resultados (nota 6)	-	-	7 058 624	-	7 058 624
Recursos de outras instituições de crédito (nota 16)	-	-	651 246 647	-	651 246 647
Recursos de clientes e outros empréstimos (nota 17)	430 896	1 733 160	-	420 308	2 584 364
Outros passivos subordinados (nota 19)	-	-	4 500 327	-	4 500 327
Rubricas Extrapatrimoniais (nota 29)					
Créditos documentários abertos	-	-	29 588 247	-	29 588 247
Activos recebidos em garantia	1 341	1 805 210	47 511 943	3 864 286	53 182 780
Compromissos perante terceiros	-	-	-	-	-
Linhas de crédito irrevogáveis	-	-	3 000 000	6 891	3 006 891
Swaps cambiais	-	-	8 745 769	-	8 745 769
Total	5 063 144	5 204 465	758 039 499	25 274 949	793 582 057
Rendimentos					
Juros e rendimentos similares (nota 22)	146 481	21 194	114 605	355 576	637 856
Rendimentos de serviços e comissões (nota 23)	5 828	722	270 794	12 966	294 122
Outros ganhos de exploração (nota 25)	74	-	-	25 150	25 224
Gastos					
Juros e gastos similares (nota 22)	-	(17 103)	(1 675 827)	-	(1 692 930)
Custos com pessoal (nota 26)	-	(349 710)	-	-	(349 710)
Gastos gerais administrativos (nota 27)	-	-	-	-	-
Total	152 383	(344 897)	(1 290 428)	393 692	(1 085 438)

Relativamente aos saldos e transacções com outras entidades relacionadas, referem-se essencialmente com empresas do grupo Sonangol, accionista de referência do BAI, SA.

Em 31 de Dezembro de 2010 o balanço, as rubricas extrapatrimoniais e a demonstração dos resultados do Banco incluem os seguintes saldos com entidades relacionadas:

	Associada	Órgãos sociais grupo BAI	Empresas do grupo BAI	Outras entidades relacionadas	Total
Activos					
Aplicações em instituições de crédito (nota 8)	-	-	165 571	-	165 571
Activos financeiros disponíveis para venda (nota 7)	-	-	-	353 365	353 365
Crédito a clientes (nota 9)	4 138 162	1 679 666	-	23 690 106	29 507 934
Investimentos detidos até à maturidade (nota 10)	-	-	188 251	-	188 251
Investimentos em filiais e associadas (nota 13)	948 469	-	-	-	948 469
Outros activos (nota 15)	-	-	-	100 170	100 170
Passivos					
Outros passivos fin. ao justo valor via resultados (nota 6)	-	-	7 501 713	-	7 501 713
Recursos de outras instituições de crédito (nota 16)	-	-	179 069 136	-	179 069 136
Recursos de clientes e outros empréstimos (nota 17)	4 836 125	1 133 651	-	497 491	6 467 267
Outros passivos subordinados (nota 19)	-	-	4 500 280	-	4 500 280
Outros passivos (nota 20)	-	-	-	-	-
Rubricas Extrapatrimoniais (nota 29)					
Garantias e avales	-	-	580 950	-	580 950
Créditos documentários abertos	-	-	10 016 556	-	10 016 556
Activos recebidos em garantia	1 301	1 754 505	35 586 730	3 741 955	41 084 491
Compromissos perante terceiros	-	-	-	-	-
Linhas de crédito irrevogáveis	-	-	3 000 000	172 900	3 172 900
Swaps cambiais	-	-	8 611 361	-	8 611 361
Total	9 924 057	4 567 822	249 220 548	28 555 987	292 268 414
Rendimentos					
Juros e rendimentos similares (nota 22)	177 076	23 533	100 237	292 099	592 945
Rendimentos de serviços e comissões (nota 23)	5 743	219	797 508	5 238	808 708
Gastos					
Juros e gastos similares (nota 22)	(1 031)	(7 035)	(2 002 320)	(123)	(2 010 509)
Custos com pessoal (nota 26)	-	(316 500)	-	-	(316 500)
Gastos gerais administrativos (nota 27)	-	-	-	40 021	40 021
Total	181 788	(299 783)	(1 104 575)	337 235	(885 335)

32. Divulgações relativamente a instrumentos financeiros (IFRS 7)

Além de outras divulgações já efectuadas neste âmbito ao longo de algumas das notas anteriores, apresentamos em seguida informação adicional exigida nos termos da IFRS 7.

Riscos de crédito e de concentração de crédito e fundos próprios

Globalmente, o risco de crédito do activo do Banco é representado por dois grandes grupos de operações, exposição a instituições de crédito, essencialmente no mercado monetário interbancário e crédito a clientes titulado ou não titulado.

A **carteira de crédito** a clientes é composta quase na sua totalidade por crédito a empresas (nota 9). O actual processo de gestão do risco de crédito a clientes é em função das características específicas do cliente e do produto, e da fase do ciclo de crédito. São efectuadas análises de risco de crédito com base na informação financeira actualizada do cliente e com base em outra informação adicional (capacidade de gestão, expectativas futuras, comportamento e expectativas do mercado específico, capacidade competitiva, *cash-flow* previsional, etc.). Periodicamente é solicitado aos clientes informação financeira actualizada para efeitos de acompanhamento da qualidade do risco da exposição.

Adicionalmente, são definidos limites máximos de exposição por:

- i) Cliente ou por grupo de clientes ligados entre si e por mercados emergentes em função dos fundos próprios do Banco;
- ii) Sector de actividade e por país em função do seu peso relativo no total da carteira e dos fundos próprios do Banco.

Apresenta-se em seguida os fundos próprios e requisitos de fundos próprios do Banco determinados nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2010, de 30 de Dezembro:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Fundos próprios totais (1+2+3)	52 017 498	48 783 742
1. Fundos Próprios de Base (Core tier1)	49 641 039	45 641 808
Capital realizado (nota 21)	40 000 000	40 000 000
Reservas legais (nota 21)	1 654 003	1 092 511
Reservas por impostos diferidos (nota 21)	(84 208)	(158 085)
Perdas não realizadas c/activos disponíveis p/venda (notas 7 e 21)	-	(126 563)
Resultados transitados (nota 21)	6 333 665	4 073 193
Activos intangíveis líquidos (nota 12)	(207 413)	(234 885)
Resultado líquido do primeiro semestre auditado (nota 21) (a)	2 068 501	1 115 423
Perdas actuariais com responsabilidades com pensões ainda não reconhecidas como custo acima do corredor (nota 21 e 30)	(123 509)	(119 786)
2. Fundos Próprios Complementares (Tier 2)	2 376 459	3 141 934
Empréstimos subordinados (nota 19)	900 000	1 800 000
Provisões para riscos gerais de crédito (nota 18)	808 318	672 180
45% dos ganhos não realizados c/activos disponíveis p/venda (notas 7 e 21)	668 141	669 754
3. Riscos cobertos por fundos próprios	-	-

(a) O Resultado líquido referente ao segundo semestre de 2011 só é elegível para o apuramento de fundos próprios após a data de emissão da Certificação Legal de Contas referente ao respectivo exercício.

	31-Dez-11	31-Dez-10
Fundos próprios totais	52 017 498	48 783 742
Requisitos para risco crédito (activos e extrapatrimoniais ponderados) e risco operacional	407 326 347	432 581 412
Rácio de Adequação de Fundos Próprios (solvabilidade)	12,8%	11,3%
Rácio <i>Core Tier 1</i>	12,2%	10,6%

Durante os exercícios de 2011 e de 2010, o Banco cumpriu todos os requisitos de fundos próprios definidos pela entidade de supervisão bancária, o Banco de Portugal, nomeadamente as exigências definidas pelos Avisos n.º 5/2007 e n.º 9/2007, ambos de 27 de Abril, e pelo Aviso n.º 3/2011, de 18 de Maio, os quais definem as obrigações das instituições de crédito e empresas de investimento relativamente aos requisitos de fundos próprios para cobertura dos riscos de crédito e operacional.

Relativamente às exposições com **instituições de crédito**, são definidos limites de contraparte com base na informação financeira disponível por instituição de crédito, incluindo a respectiva notação de *rating* definida pelas agências internacionais. Periodicamente, são revistos os limites de contraparte através da obtenção da informação financeira actualizada.

Em 31 de Dezembro de 2011 o crédito e juros vencidos apresentam a seguinte decomposição por classe de incumprimento:

	31-Dez-11	31-Dez-10
Crédito e juros vencidos:		
Créditos e juros vencidos a menos de 90 dias	27 205	1 047
Créditos vencidos entre 90 e 180 dias	-	32 700
Créditos vencidos entre 6 a 12 meses	62 220	2 977 483
Créditos vencidos entre 12 a 36 meses	2 933 300	603 600
Total	3 022 725	3 614 830

Risco de mercado

O risco de mercado provém da variação do preço de instrumentos que resulta de alterações em taxas de juro, taxas de câmbio, preço de acções ou preço de *commodities*.

Na actual estratégia de gestão do balanço do Banco, o activo que se encontra mais sujeito a alterações de mercado é a carteira de crédito titulado e de outros títulos (notas 7 e 10) que se encontra classificada quer como investimento detido até à maturidade quer como activos disponíveis para venda. A análise de risco destes instrumentos financeiros é efectuada na perspectiva do risco de crédito e não na perspectiva do risco de mercado, considerando que a tomada de posição nestes activos é efectuada numa óptica de investimento e não tem como objectivo a realização de mais-valias com venda antecipada.

Paralelamente, existe uma carteira de títulos de capital que representa uma parcela sem expressão relevante do total dos activos do Banco. Consequentemente o seu acompanhamento não necessita de desenvolvimento de um modelo de gestão de risco específico.

Risco de liquidez

Diariamente, são produzidos mapas com informação sobre os prazos residuais dos activos e passivos financeiros por moeda, calculando-se para cada intervalo de tempo, a diferença, em montante, entre *cash inflow* e *cash outflows* e o respectivo *gap* de liquidez, por período temporal e acumulado.

Com este conjunto de informação, torna-se possível identificar atempadamente alguns dos *gaps* de liquidez no sentido de planear a cobertura dinâmica dos mesmos, e por outro lado apurar os recursos financeiros disponíveis para serem aplicados.

Por outro lado, na estratégia de gestão de activos e passivos do balanço, o Banco mantém, actualmente, uma carteira significativa de activos líquidos ou liquidáveis a muito curto prazo, face à natureza e duração dos passivos, que facilita a gestão da liquidez para o período crítico de 1 a 7 dias. A política de gestão de risco de liquidez do Banco determina limites de posição de tesouraria em função do volume de recursos totais do Banco para vários prazos temporais.

Em 31 de Dezembro de 2011 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros são os seguintes:

	montantes expressos em Euros				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos ou indeterminado	Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	42 756 411	-	-	-	42 756 411
Disponibilidades em outras instituições de crédito	84 452 902	-	-	-	84 452 902
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados	-	-	-	7 058 624	7 058 624
Activos financeiros disponíveis para venda	499 671	11 511 708	1 809 885	5 538 225	19 359 489
Aplicações em instituições de crédito	1 087 457 294	12 369 846	-	1 159 286	1 100 986 426
Crédito a clientes	25 056 061	37 167 561	50 505 252	10 727 259	123 456 133
Investimentos detidos até à maturidade	68 739 365	9 596 857	1 690 190	-	80 026 412
Investimentos em filiais e associadas	-	-	-	948 469	948 469
	1 308 961 704	70 645 972	54 005 327	25 431 863	1 459 044 866
Passivo					
Recursos de bancos centrais	(640 011 446)	-	-	-	(640 011 446)
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados	-	-	-	(7 058 624)	(7 058 624)
Recursos de outras instituições de crédito	(645 513 442)	(21 640 003)	(16 386 545)	(8 223 201)	(691 763 191)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(58 306 711)	(6 561 287)	-	-	(64 867 998)
Outros passivos subordinados	-	-	(4 500 327)	-	(4 500 327)
	(1 343 831 599)	(28 201 290)	(20 886 872)	(15 281 825)	(1 408 201 586)
Linhas de crédito irrevogáveis concedidas	(10 867 937)	-	-	-	(10 867 937)
Linhas de crédito irrevogáveis recebidas	41 713 347	-	-	-	41 713 347
Derivados(operações cambiais por liquidar (fluxo líquido)	13 214	989 605	-	-	1 002 819
Diferencial / Gap	(4 011 271)	43 434 287	33 118 455	10 150 038	82 691 509
Diferencial / GapAcumulado	(4 011 271)	39 423 016	72 541 471	82 691 509	
Diferencial / GapAcumulado 31-12-2010	(8 406 438)	(597 514)	65 098 944	92 213 763	

Risco cambial

Na actual política de gestão de risco cambial, são definidos limites de posição cambial, pelo que diariamente são acompanhadas as várias posições cambiais por moedas no balanço do Banco e o comportamento das respectivas divisas no mercado.

Considerando os limites de exposição definidos, as necessidades de liquidez por moeda, e o comportamento das várias divisas no mercado, as posições cambiais são cobertas economicamente, quer através de negociação no mercado cambial à vista, quer através da utilização de instrumentos financeiros derivados.

Em 31 de Dezembro de 2011, a decomposição por moeda dos instrumentos financeiros é a seguinte:

	montantes expressos em Euros			
	Euros	USD	Outras	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	42 621 518	134 893	-	42 756 411
Disponibilidades em outras instituições de crédito	8 544 867	75 778 154	129 881	84 452 902
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados	-	7 058 624	-	7 058 624
Activos financeiros disponíveis para venda	982 427	18 377 062	-	19 359 489
Aplicações em instituições de crédito	4 843 350	1096 143 076	-	1100 986 426
Crédito a clientes	34 292 938	89 163 195	-	123 456 133
Investimentos detidos até à maturidade	72 195 785	7 642 284	188 343	80 026 412
Investimentos em filiais e associadas	948 469	-	-	948 469
	164 429 354	1 294 297 288	318 224	1 459 044 866
Passivo				
Recursos de bancos centrais	(62 312 423)	(577 699 023)	-	(640 011 446)
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados	-	(7 058 624)	-	(7 058 624)
Recursos de outras instituições de crédito	(9 615 439)	(682 064 573)	(83 179)	(691 763 191)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(32 630 862)	(32 176 939)	(60 197)	(64 867 998)
Outros passivos subordinados	(4 500 327)	-	-	(4 500 327)
Reservas	440 744	(1 492 546)	-	(1 051 802)
	(108 618 307)	(1 300 491 705)	(143 376)	(1 409 253 388)
Operações cambiais spot por liquidar (valor líquido)	4 800 000	(4 786 786)		13 214
Derivados (nocional)	-	-		
Valor positivo	4 500 000	15 735 374	-	20 235 374
Valor negativo	(15 000 000)	(4 245 769)	-	(19 245 769)
	(5 700 000)	6 702 819	-	1 002 819
Diferencial /Gap (Posição cambial em aberto)	N/A	508 402	174 848	683 250
Diferencial /Gap 31-12-2010	N/A	(278 806)	186 971	(91 835)

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro ocorre sempre que existe um desfasamento entre activos e passivos ou instrumentos financeiros registados fora do balanço sensíveis a variações dos níveis de taxa de juro. Para efeitos de monitorização, além da utilização da abordagem prudencial definida pelo Banco de Portugal na sua Instrução n.º 19/05, de 15 de Junho, o Banco desenvolveu um modelo de análise (abordagem interna) que efectua numa base mensal a medição de risco de taxa, através da aplicação dos factores de desconto aos *cash flows* líquidos diários (*gap / posição*), i.e. ao respectivo prazo residual (ou de *repricing*) específico, em vez de aplicá-los aos *gap* organizados por bandas temporais homogéneas mais dilatadas (abordagem Banco de Portugal), obtendo desta forma uma maior precisão no cálculo efectuado na variável.

Tal como pode ser evidenciado pelos mapas apresentados em seguida, a política de gestão deste risco definida pelo Banco através da definição de limites de exposição, não permite a existência de montantes significativos de operações de taxa fixa de médio e longo prazo. Adicionalmente, para estas situações são avaliadas as hipóteses de cobertura do risco de taxa de juro, através de instrumentos derivados, convertendo estas posições em taxa variável.

Em 31 de Dezembro de 2011 a análise de sensibilidade da margem financeira do Banco à subida paralela de 2,0% às taxas de juro de referência é a seguinte:

	31-Dez-11			
	Abordagem Banco de Portugal, Instrução n.º 19/05			Abordagem Interna
	Posição	Factor de Ponderação	Posição Ponderada	
à vista - 1 mês	95 530 170	1,92%	(1 834 179)	(61 010)
1 - 2 meses	(61 939 927)	1,75%	1 083 949	167 002
2 - 3 meses	(45 361 866)	1,58%	716 717	189 274
3 - 4 meses	(1 144 281)	1,42%	16 249	6 457
4 - 5 meses	19 965 362	1,25%	(249 567)	(204)
5 - 6 meses	(3 435 097)	1,08%	37 099	32 512
6 - 7 meses	(9 000)	0,92%	83	(3 112)
7 - 8 meses	(6 569 287)	0,75%	49 270	79 217
8 - 9 meses	21 007 123	0,58%	(121 841)	(313 603)
9 - 10 meses	168 001	0,42%	(706)	(4 056)
10 - 11 meses	29 314	0,25%	(73)	586
11 - 12 meses	880 474	0,08%	(704)	(17 303)
Total			(303 704)	75 760
Impacto na margem financeira			-3,7%	0,9%
Impacto na margem financeira 31-12-10			-12,6%	1,4%

Em 31 de Dezembro de 2011 a análise de sensibilidade dos Fundos Próprios do Banco à subida paralela de 2,0% às taxas de juro de referência é a seguinte:

	31-Dez-11			
	Abordagem Banco de Portugal, Instrução n.º 19/05			Abordagem Interna
	Posição	Factor de Ponderação	Posição Ponderada	
à vista - 1 mês	95 530 170	0,08%	(76 424)	(61 010)
1 - 3 meses	(107 301 793)	0,32%	343 366	356 276
3 - 6 meses	15 385 984	0,72%	(110 779)	38 765
6 - 12 meses	15 506 626	1,43%	(221 745)	(258 270)
1 - 2 anos	1 390 830	2,77%	(38 526)	(43 169)
2 - 3 anos	444 290	4,49%	(19 949)	(23 764)
3 - 4 anos	352 724	6,14%	(21 657)	(26 307)
4 - 5 anos	2 124 411	7,71%	(163 792)	(160 088)
5 - 7 anos	2 318 572	10,15%	(235 335)	(226 213)
Total			(544 841)	(403 780)
Impacto nos Fundos Próprios			-1,0%	-0,8%
Impacto nos Fundos Próprios 31-12-10			-1,2%	-1,0%

Justo Valor dos activos e passivos financeiros

O Banco não divulga a diferença entre o valor contabilístico e o justo valor dos activos/passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, isto porque estes instrumentos financeiros não têm um mercado activo disponível e entendemos que as respectivas condições de preço (taxas de juro aplicadas) não diferem significativamente das taxas de mercado, bem como os instrumentos financeiros de maior maturidade encontram-se sujeitos a taxas de remuneração variável e os instrumentos de taxa de remuneração fixa apresentam maturidade inferior a 6 meses, logo o Valor Actualizado Líquido (técnica de valorização alternativa para apuramento do justo valor) corresponde, de uma forma geral, ao valor apresentado em balanço.

Apresentamos em seguida uma repartição de cada rubrica de todos activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor por tipo de método de valorização:

	31-Dez-11			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros detidos para negociação (nota 5)				
Derivados	-	1 036 931	-	1 036 931
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados				
Fundos de investimento (nota 6)	-	7 058 624	-	7 058 624
Activos financeiros disponíveis para venda (nota 7)				
Instrumentos de capital	55 289	-	-	55 289
Instrumentos de dívida	1 809 885	13 177 216	-	14 987 101
Fundos de investimento	755 570	3 529 311	-	4 284 881
Total	2 620 744	24 802 082	-	27 422 826
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados				
Recursos financeiros obtidos estruturados (nota 6)	-	(7 058 624)	-	(7 058 624)
Total	-	(7 058 624)	-	(7 058 624)

31-Dez-10

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros detidos para negociação (nota 5)				
Derivados	-	1 111 483	-	1 111 483
Outros activos financeiros ao justo valor via resultados				
Fundos de investimento (nota 6)	-	7 501 713	-	7 501 713
Activos financeiros disponíveis para venda (nota 7)				
Instrumentos de capital	89 828	-	-	89 828
Instrumentos de dívida	2 145 912	11 974 255	-	14 120 167
Fundos de investimento	755 740	3 750 857	-	4 506 597
Total	2 991 480	24 338 308	-	27 329 788
Passivos financeiros detidos para negociação				
Derivados (nota 5)	-	(153 537)	-	(153 537)
Outros passivos financeiros ao justo valor via resultados				
Recursos financeiros obtidos estruturados (nota 6)	-	(7 501 713)	-	(7 501 713)
Total	-	(7 655 250)	-	(7 655 250)

Sendo que:

- Nível 1 - Os justos valores são determinados directamente por referência a cotações de preço publicadas num mercado activo, sendo as fontes de informação a *Bloomberg* e a *Reuters*;
- Nível 2 – Os justos valores são apurados utilizando para além dos *inputs* de informação do nível 1, métodos e técnicas de avaliação que têm subjacente cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas, ou ainda em alternativa com base em transacções recentes do instrumento financeiro em referência;
- Nível 3 – Os justos valores não são determinados com base em dados objectivos de mercado, tanto de uma forma global e directa, como de forma parcial. O Banco não tem instrumentos financeiros ao justo valor compreendidos neste nível.

Banco BAI Europa, S.A.
Relatórios e Pareceres dos Auditores
(ROC) e do Conselho Fiscal



Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras do Banco BAI Europa, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de €1.463.666 milhares e um total de capital próprio de €52.835 milhares, incluindo um resultado líquido de €3.919 milhares), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com as excepções referidas nos Avisos n.º 1/2005, n.º 4/2005 e n.º 7/2008 do Banco de Portugal.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Serravallo, Rua Sousa Martins, 1 - 3.º, 1069-116 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
Matriculada no Conservatório do Registo Comercial sob o N.º/C 506 628 772. Capital Social Euros 324.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. constitui a rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cuja estrutura está à disposição pública e independente, nos termos das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1/01 e no Regulamento de Registo Nacional sob o n.º 8071.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco BAI Europa, S.A em 31 de Dezembro de 2011, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concorrente com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 28 de Março de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:


António Alberto Henriques Assis, R.O.C.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração do Banco BAI Europa, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade do Banco. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para a actividade do Banco e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda e apreciamos a Certificação Legal das Contas, em anexo, com a qual concordamos.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço e as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

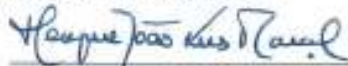
- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.



6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Lisboa, 28 de Março de 2012

O Presidente do Conselho Fiscal



Henrique João Lucas Marçal

O Vogal



António Maria Veiga Aljos

O Vogal



José Augusto Viegas Severo